

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**O que o reeleito no Distrito Federal tem?  
Características que diferenciam reeleitos e não  
reeleitos nas eleições de 2010 e 2014**

**Laila Maria Vaz Malaquias**

Brasília  
2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**O que o reeleito no Distrito Federal tem?  
Características que diferenciam reeleitos e não  
reeleitos nas eleições de 2010 e 2014**

Monografia apresentada junto  
ao Curso de Ciência Política da  
Universidade de Brasília, como  
requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel.

Orientadora: Professora Suely  
Mara V. Guimarães de Araújo

Brasília  
2015

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que no seu grande amor por esta filha, permitiu que forças não me faltassem não só para que este trabalho fosse concluído, mas também para que eu pudesse encerrar mais esta etapa em minha vida acadêmica de forma que eu possa sentir orgulho de mim mesma.

Em seguida, agradeço à minha família, em especial aos meus pais que lutam diariamente para que nada nunca falte em minha educação e na minha formação não só como recém-graduada em Ciência Política, mas acima de tudo como um ser humano com valores e capaz de reconhecer que o mundo precisa de mudanças e que eu posso contribuir de modo positivo com elas. Obrigada por sempre exigirem que eu assumisse as minhas responsabilidades e obrigações, isto contribuiu para que eu me tornasse uma pessoa ciente das cobranças que este mundo selvagem faz de nós e dedicada a sempre dar o melhor de mim em cada atividade que eu precisar executar daqui pra frente.

Não poderia deixar de agradecer à minha querida orientadora e conselheira professora Suely, que exerceu um papel fundamental nesta trajetória. Obrigada pela sua incrível disponibilidade em tirar minhas diversas dúvidas e me acalmar nos momentos em que pensei que nada estava certo ou bom o suficiente. Agradeço-lhe também por ser uma inspiração para vários outros que também puderam ter a oportunidade de te conhecer, alguém que dedica muito carinho, dedicação e profissionalismo a seus alunos.

Agradeço ao Caio por todo o apoio e por todas as vezes que ele compreendeu e acolheu minha ansiedade e nervosismo. Por fim, agradeço a todos os amigos e colegas que caminharam comigo ao longo destes cinco anos na Universidade de Brasília. Alguns eu carregarei com muito amor no coração e sorriso no rosto, mesmo que nossos caminhos já estejam sendo percorridos em diversas partes desse Brasil e até do mundo. Espero que com as amizades verdadeiras muita conversa ainda possa acontecer entre nós!

## RESUMO

Este trabalho busca investigar quais os determinantes para o sucesso eleitoral dos deputados federais do Distrito Federal que lançam candidatura para reeleger-se. Para tanto, foram utilizados os mesmos grupos de variáveis aplicados nas pesquisas de Pereira e Rennó (2001; 2007) sobre o que é que o reeleito tem para duas eleições consecutivas na Câmara dos Deputados (1998 e 2002). Todavia, para fins deste estudo, o tratamento destas variáveis relacionadas à atuação do parlamentar na Câmara dos Deputados e na sua base eleitoral, assim como suas características pessoais possuirá abordagem qualitativa dado que o intuito é aprofundar nas particularidades de cada parlamentar reeleito e não reeleito e identificar os elementos que os diferencia. Os resultados evidenciaram que os principais fatores que determinam o sucesso eleitoral dos reeleitos são os gastos de campanha, a participação em sindicatos e entidades representativas de classes e modo de condução de mandato na presidência de comissões permanentes e especiais. A execução de emendas orçamentárias, assim como apresentar ou relatar projetos em comissão não interferem na decisão do eleitor sobre reeleger ou não determinado candidato.

**Palavras-chave: deputados federais reeleitos; carreiras políticas; teoria da ambição; Distrito Federal.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>9</b>
2.1 A CONSTRUÇÃO DE CARREIRAS E AMBIÇÃO NA POLÍTICA .....	9
2.2 AMBIÇÃO ESTÁTICA E OS REELEITOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS .....	16
<b>3. MÉTODO DE PESQUISA .....</b>	<b>22</b>
3.1 O PARLAMENTAR E O PODER EXECUTIVO .....	24
3.2 ATUAÇÃO NOS PARTIDOS POLÍTICOS .....	25
3.3 ATUAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS .....	26
3.4 VARIÁVEIS ELEITORAIS .....	27
3.5 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS .....	29
<b>4. RESULTADOS E ANÁLISE .....</b>	<b>30</b>
4.1 PARLAMENTAR E O PODER EXECUTIVO .....	32
4.2 ATUAÇÃO DO PARLAMENTAR NO PARTIDO POLÍTICO .....	41
4.3 ATUAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS .....	45
4.4 VARIÁVEIS ELEITORAIS .....	57
4.5 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS .....	62
<b>5. CONCLUSÕES .....</b>	<b>68</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>71</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca contribuir com a literatura acerca do perfil dos parlamentares inseridos no sistema político brasileiro, em particular no que se refere às características dos deputados federais reeleitos como representantes do Distrito Federal nas eleições de 2010 e 2014. Tem-se também como objetivo, a partir da identificação de certas características destes deputados federais reeleitos, compreender quais são consideradas pelo eleitor como válidas no momento da tomada de decisão sobre qual candidato irá votar.

A base de sustentação para este estudo e que servirá como ponto de partida para a compreensão do perfil dos deputados reeleitos no DF encontra-se na linha de pesquisas empreendidas por Pereira e Rennó (2001; 2007) sobre o que é que o reeleito tem, que se propôs a identificar os determinantes do sucesso eleitoral em duas eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados (1998;2002). A partir de grupos de variáveis relacionadas à carreira que o parlamentar possui tanto em Brasília quanto em sua base eleitoral, além daquelas referentes às suas características pessoais o objetivo destes autores foi chegar a uma resposta sobre quais os fatores que podem aumentar as chances de reeleição de um deputado federal.

Neste trabalho, a proposta é agregar conhecimentos e contribuir para posteriores pesquisas que possam surgir e que desejam aprofundar o tema sobre o perfil de carreira de um grupo específico de atores políticos, que são os deputados federais reeleitos no Distrito Federal. O grande diferencial que este trabalho oferece é a investigação acerca dos fatores que aumentam as chances de reeleição para deputados que podem usufruir do benefício de trabalharem e residirem no mesmo local em que suas bases eleitorais se encontram. Tal condição é uma particularidade que os diferencia dos representantes de outros estados na Câmara dos Deputados.

O interesse pela compreensão da construção de carreira política de parlamentares a partir das estruturas de oportunidades que se apresentam ao indivíduo pode ser considerado um tema relativamente recente. Shlesinger em 1965 desenvolveu a teoria da ambição, que tem por foco o modo como os políticos cooperam com o intuito de servir seus objetivos políticos finais, e foi responsável por desencadear uma série de estudos nos Estados Unidos sobre

a atuação dos representantes norte-americanos, e também no Brasil sobre as particularidades e funcionamento do Poder Legislativo a partir dos atores ali atuantes.

David Rohde (2012) dedicou-se a apreender o caso dos deputados federais nos Estados Unidos, e defende que se não fossem considerados os riscos e custos implicados na escolha de traçar carreiras diferentes, todos optariam por deixar seus cargos atuais em busca de mais elevados. Entretanto, a estrutura de oportunidades ou o contexto em que se encontram é quem determinará ser possível ou não agirem conforme a ambição progressiva que neles está presente. Já no caso do Brasil, a literatura conta com teorias importantes, como a explicação dada por Samuels (2000) para a elevada taxa de renovação observada na Câmara dos Deputados de que, assim como Rohde (2012), há os deputados federais que apresentam ambição progressiva e utilizam a Casa como “trampolim” para cargos de nível superior, e há os que restam, vistos como fracos e vulneráveis, e que perdem as reeleições para candidatos mais fortes.

Em contrapartida Pereira *et al.* (2003) identifica que na realidade a maioria dos deputados federais do Poder Legislativo brasileiro apresentam ambição estática, ou seja, optam por buscar a reeleição. Esta construção de carreira dentro da Câmara dos Deputados seria consequência dos custos elevados decorrentes da avaliação de seu desempenho aliada às particularidades do sistema eleitoral brasileiro.

A metodologia adotada neste trabalho possuirá uma abordagem mais qualitativa e que pretende investigar mais a fundo as particularidades da carreira de cada deputado federal do Distrito Federal que pretendeu lançar candidatura para reeleger-se. A partir daí, identificar o que diferencia os reeleitos de não reeleitos. A abordagem qualitativa, diferente dos métodos quantitativos utilizados por Pereira e Rennó, justifica-se pelo número reduzido de casos trabalhados, dado que na Câmara dos Deputados o DF conta com o mínimo de oito cadeiras a serem ocupadas e dentre estes oito deputados são objeto deste estudo apenas os que buscaram a reeleição nas eleições de 2010 e 2014.

Portanto, serão utilizados – com as devidas adequações e ressalvas – os mesmos grupos de variáveis, que se dividem entre as que estimam: o

relacionamento do parlamentar com o Executivo; a sua *performance* nos partidos políticos; a sua atuação na Câmara dos Deputados; sua *performance* eleitoral e, por fim, suas características pessoais.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: revisão de literatura das teorias que versam sobre os tipos de ambição que podem se manifestar em atores inseridos tanto na política norte-americana quanto brasileira e pesquisas decorrentes que buscam compreender o padrão de carreira dos parlamentares brasileiros (capítulo 2); apresentação da metodologia de pesquisa adotada, que especificará as variáveis utilizadas (capítulo 3); apresentação dos resultados encontrados e devida análise (capítulo 4); e conclusão com os principais achados (capítulo 5).



## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 A construção de carreiras e ambição na política**

A política pode ser definida como um campo de atuação cuja principal motivação dos atores envolvidos é a garantia de sua permanência neste ambiente. Políticos constroem sua linha de atuação tendo em vista o que planejam para o futuro de suas carreiras, todavia não de forma independente, sem antes considerar a rede complexa em que cada um está inserido e se de fato o que almeja é viável e, principalmente, oferecerá maiores benefícios e acesso a recursos que sua realidade atual e, preferencialmente, mediante custos baixos.

A ambição é primordialmente, porém não exclusivamente, inspiração para tomada de decisões de políticos acerca do futuro que premeditam (SHLESINGER, 1965). O sistema político oferece incentivos e condições para que as opções que os políticos adotem sejam orientadas no sentido de garantirem que depois de alguns anos, seus cargos atuais sejam mantidos ou então postos mais altos sejam exercidos. Este argumento, por vezes, vai de encontro às teorias que defendem que a manutenção da democracia representativa e o seu funcionamento dependem de atores políticos e organizações partidárias que pautam sua atuação voltada para a observância dos interesses da população que os elegeu, marcando-se motivações altruístas (ROUSSEAU, 1971) Não há governo isento de personagens cuja construção de estratégias esteja voltada para a obtenção de cargos e maior proeminência que atenda aos seus interesses particulares (BOBBIO, 2000).

Com o intuito de compreender melhor o próprio sistema político americano e a carreira política nos Estados Unidos, Shlesinger (1965) desenvolveu a teoria da ambição, partindo do pressuposto de que essa motivação se encontra no coração da política e as duas (ambição e política) não podem ser analisadas de modo independente. Ou seja, a análise do funcionamento de um sistema político, por sua natureza complexo, necessita enquadrar que não há como afirmar que as motivações individuais de parlamentares serão pautadas exclusivamente, ou principalmente, pelo interesse público.

O foco da teoria da ambição encontra-se no modo como os atores políticos cooperam e se organizam a fim de servir aos seus objetivos políticos finais (SHLESINGER, 1965, p. 5). Portanto, a teoria parte do pressuposto central de que o comportamento político é resposta aos cargos que são adotados como meta, e por isso suas decisões, as opiniões declaradas nos veículos midiáticos e as alianças firmadas estão direcionadas e condizentes com a posição que espera alcançar no futuro.

No entanto, é relevante ressaltar que as ambições destes atores não são definidas unicamente pelos cargos que buscam, dado que a estrutura de oportunidades que se apresenta irá oferecer as respostas acerca da disponibilidade e real possibilidade de concretização de sua ambição (SHLESINGER, Idem). Aliás, é possível inferir que a estrutura de oportunidades será responsável por determinar se o ator têm condições de tomar decisões que condizem com sua ambição, ou seja, esta reage às mudanças do cenário em que se encontra e, portanto, ajusta-se às possibilidades de caminhos a traçar que são apresentadas diante dele.

A estrutura de oportunidades estabelece assim, direções para a ambição política, que pode ser definida como discreta, estática ou progressiva (SHLESINGER, Idem).

A primeira caracteriza-se como a busca por um cargo específico, por vezes contextualizada em determinado momento político que ofereça elevado nível de benefícios, como a maior disponibilidade de recursos a serem distribuídos, porém, após ocupá-lo, a próxima decisão a ser tomada é a saída e a não procura por outros cargos públicos. Pesquisas ainda identificam este tipo de ambição em políticos que optam pela aposentadoria de seus cargos políticos ou que retornam à atividade que desempenhavam anteriormente, como a profissão de sua formação. (PEREIRA ET AL., 2003)

Ambições podem ser também estáticas, e se manifestam quando o comportamento político é voltado para a construção de uma carreira de longo prazo em um cargo específico. Este é claramente o perfil dos deputados dos Estados Unidos, que constroem suas carreiras orientadas pela “regra geral” do *seniority*, ou seja, os deputados da *House of Representatives* norte-americana buscam a especialização de seus cargos nas comissões que ocupam – através da acumulação de mandatos eletivos –, a fim de que, em determinado

momento, estejam aptos a ocupar o cargo de maior importância, a presidência da comissão na qual atuam. O objetivo final daqueles que optam por construir sua carreira dentro da câmara de representantes norte-americana deve-se ao fato que ocupar o cargo de maior impacto nas comissões lhes proporciona mais poder, e principalmente poder de influência sobre os *outputs* da *House of Representatives* e, por isso, as estratégias construídas e as possibilidades disponíveis serão orientadas neste sentido (POLSBY,1971).

No Brasil, também foram empreendidas pesquisas com o intuito de identificar o padrão de carreira de nossos deputados federais por autores que, assim como Shlesinger (1965), afirmam que a escolha de qual carreira seguir e por isso, a direção de sua ambição, está diretamente relacionada e dependente da estrutura de oportunidades à disposição do candidato. Pereira, Leoni e Rennó (2003), em “Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara dos Deputados do Brasil”, também encontram na Câmara dos Deputados a predominância da ambição estática, no entanto a justificativa difere em relação às motivações dos deputados norte-americanos.

A pesquisa observou que os atores políticos não são considerados propensos ao risco e, portanto, variáveis que compõem a estrutura de oportunidades como idade, posições ocupadas em comissões, execução de emendas orçamentárias, participação ativa dentro da organização do partido e proximidade ao líder partidário afetam fortemente os custos envolvidos, que ao final, em sua maioria, são avaliados como maiores que os benefícios de se arriscar a algum cargo de nível superior (PEREIRA ET AL., 2003).

O referido estudo, todavia, considerou um novo fator como componente da estrutura de oportunidades, o sistema eleitoral brasileiro, o qual, pelas suas características intrínsecas, torna o cenário altamente competitivo e arriscado. As eleições de lista aberta e proporcionais para cargos na Câmara dos Deputados e majoritárias no caso do Senado Federal contribuem para que o foco esteja na figura do candidato e não do partido, acirrando a competição na arena eleitoral. Por isso, os componentes que definem a avaliação do seu desempenho na Câmara e o sistema eleitoral brasileiro contribuem fortemente para que os deputados federais construam carreiras dentro da própria Câmara (PEREIRA ET AL., 2003, p. 64). Isto não significa, porém, que os deputados

que optam por permanecer na Casa são considerados incompetentes em seu trabalho; pelo contrário, muitas vezes ocupam posições poderosas.

Por fim, há a ambição progressiva, em que o ator político aspira por cargos que sejam superiores ao que ocupa atualmente e que sejam de maior importância e visibilidade e, por consequência, também ofereçam maiores benefícios e proeminência. Shlesinger (1965, p.10) considera esta ambição a que despeja maior carga de “tensão” ao político, dado que este não só deve se preocupar com a posição ocupada, mas também com as estratégias e articulações necessárias para que as possibilidades de almejar o cargo superior, de fato, se concretizem. Deve-se levar em consideração que a direção da ambição, como colocado anteriormente, não é estática, mas sim definida a partir das oportunidades que se colocam diante do político e, portanto, é passível de mudança ao longo da carreira. Ainda assim, Shlesinger (1965) defende que, entre estas, a que predomina é a progressiva, que não se manifestará apenas quando a estrutura de oportunidades não oferecer as chances propícias de o político conquistar o cargo superior ao que ocupa.

Se por um lado temos autores, como Polbsy (1971), que defendem que a regra de *seniority* nos Estados Unidos favorece a construção de carreira dentro da Casa dos Representantes, por outro lado, Rohde (2012) apresenta uma nova perspectiva para o comportamento dos atores políticos norte-americanos. Segundo Rohde (2012), se a política pudesse ser considerada isenta de custos e riscos a serem assumidos, todos os deputados federais optariam por tentar cargos que fossem superiores aos exercidos naquele momento. Isso significa que, assim como Shlesinger (1965) defende, todos apresentam ambição progressiva, porém, a estrutura de oportunidades determinará quem são os atores aptos a se comportar e traçar estratégias condizentes com a ambição progressiva. Em sua análise de identificação do perfil daqueles de fato aptos a lançarem candidaturas para cargos de nível superior, Rohde (2012) identificou alguns elementos de destaque, como a alta probabilidade de obter vitória, a prevalência de se lançarem a cargos de senador e a idade mais elevada.

Cabe dar destaque a esta última variável, uma vez que ela está presente em outros estudos que se propõem a compreender a construção de carreiras políticas. Enquanto Rohde (2012) identifica o perfil de carreira para aqueles

atores políticos mais novos como dotados de ambição progressiva – e argumenta que os políticos mais experientes optam por continuar a construir sua carreira no mesmo cargo, tendo em vista a regra do *seniority* que lhes favorecerá –, Schlesinger (1965, p.174) considera a importância de se levar em conta o *age cycle*, como fator que interfere e até mesmo restringe as chances de um político alcançar um cargo que tem em mente para exercer no futuro. São estabelecidas assim oportunidades que se apresentam ao longo da vida do político, de acordo com a idade que possui e que não se encontram disponíveis indeterminadamente, mas, ao contrário, restringem-se a intervalos etários específicos.

Ao analisar o padrão de carreiras dos deputados federais do Brasil, as pesquisas desenvolvidas por Samuels (2000) em “*Ambition and Competition: Legislative Turnover in Brazil*” oferecem importantes pontos de análise. Seus resultados evidenciaram que o sistema político brasileiro oferece na Câmara dos Deputados uma estrutura que condiciona os atores a considerarem o cargo de deputado federal apenas como transitório e temporário (SAMUELS, 2000, p.483).

Com o propósito de analisar também o padrão de carreira dos deputados federais brasileiros, Samuels (2000) observou que a Câmara dos Deputados possui elevado índice de renovação em suas eleições e a explicação encontrada para esta constatação deriva de dois pontos importantes.

Em primeiro lugar, verificou que aqueles deputados que apresentavam maior experiência eram mais articulados tanto com integrantes do próprio partido e coalizões, quanto com a oposição. Assim, acabavam por ter maior visibilidade e por consequência, a confiança do público. Tais condições garantiam uma estrutura de oportunidades favorável para que a direção de sua ambição se tornasse progressiva. Assim, e dado que as estratégias desenvolvidas ao longo do mandato que proporcionaram custos reduzidos de assumir riscos, esta grande parcela, avaliada por Samuels (2000), considerava sua carreira dentro da Câmara apenas como “trampolim” para conquista de cargos mais elevados, ou seja, sua permanência ali era apenas temporária.

Em segundo lugar, os deputados remanescentes e que tentam se reeleger são avaliados como fracos frente ao seu desempenho e, portanto,

vulneráveis. Por não terem a mesma estrutura de oportunidades disponível, optam por direcionar seus esforços para garantir sua permanência na Casa. No entanto, este mesmo grupo vulnerável que escolhe lançar candidatura para se reeleger enfrenta opositores e inclusive candidatos do mesmo partido que são mais fortes ou com maior visibilidade frente aos eleitores e, por isso, não conseguem alcançar o objetivo que traçaram.

Resumindo, esses dois fatores explicariam a elevada taxa de renovação: os atores fortes e proeminentes deixam a Casa por terem condições e estrutura de oportunidades disponível que lhes permita ambicionarem cargos de níveis superiores, e os “fracos” que permanecem não conseguem se sobrepor aos seus concorrentes nas eleições e não recebem resultado condizente com sua ambição estática (SAMUELS, 2000)

Samuels (2000) acrescenta mais uma direção para a ambição: a regressiva, que se manifesta naqueles atores que não só não dispõem da estrutura de oportunidades que os permita a almejar cargos superiores, como também não veem como atraente a reeleição ou até possivelmente não se destacam frente ao seu partido e aos outros concorrentes e, por isso, optam por ocupar cargos de nível menor, fora da esfera nacional, como deputados estaduais e até mesmo vereadores.

As análises de Samuels (2000) e Pereira (2003) assumem o mesmo objeto de pesquisa, ou seja, deputados federais no sistema político brasileiro e, no entanto, os resultados encontrados divergem, uma vez que, para o primeiro, prevalece a ambição progressiva – se há estrutura disponível, a estratégia é almejar cargos mais elevados – e, para o segundo, devido à pouca propensão ao risco, deputados optam por construir suas carreiras dentro da própria Câmara.

No entanto, os resultados de Pereira, Leoni e Rennó (2003) contradizem Samuels (2001) em relação à suposta vulnerabilidade dos deputados que escolhem permanecer na Casa, dado que verificaram que a maioria absoluta dos deputados com alguma posição relevante opta por também concorrer à reeleição, ao invés de se lançar a outros cargos mais elevados.

A obtenção de resultados diferentes para o mesmo grupo objeto de estudo (deputados federais) pode ser explicado com base no argumento de Shlesinger (1965) a respeito da instabilidade das ambições ao longo da carreira

de atores políticos. As estruturas de oportunidades se alteram ao longo do tempo e, se em determinado período os atores dispunham de custos elevados para investir na ambição progressiva, em um segundo momento o risco pode trazer resultados favoráveis à busca de cargos fora da Câmara.

## **2.2 Ambição estática e os reeleitos na Câmara dos Deputados**

Os autores mencionados até agora trouxeram reflexões acerca de como as carreiras políticas são construídas e como os atores políticos são envolvidos pela estrutura de oportunidades que se apresenta diante deles, e pelo próprio sistema institucional em que estão inseridos. No entanto, é fundamental compreender o modo como o parlamentar atua no exercício de seu mandato e quais estratégias podem ser traçadas – se há um padrão para tal – que lhe favoreçam e contribuam para aumentar suas chances de conquistar o cargo que deseja.

Se, por um lado, encontramos atores que desenvolveram pesquisas alegando a predominância nos atores políticos de comportamento voltado para a ambição progressiva, precisamos lançar nosso olhar também para aqueles que optam, no Brasil, por construir carreiras em um cargo específico. Após anos da apresentação do argumento de Samuels (2000) de que os parlamentares que optam por lançar candidatura a fim de se reeleger são considerados vulneráveis e fracos politicamente diante do grupo que se lança a cargos superiores, a teoria se confirma ainda nos anos recentes? Entre aqueles que assumem sua ambição estática e são bem-sucedidos, qual o seu perfil, ou seja, que variáveis ou características são encontradas neste grupo e quais podem ser descritas como determinantes para seu sucesso eleitoral?

A fim de buscar respostas para estes questionamentos que começaram a surgir no meio acadêmico e ampliar o debate sobre a temática da construção de carreiras políticas no sistema político brasileiro, Pereira e Rennó (2001) realizaram estudo com o objetivo de analisar os principais determinantes da reeleição para o cargo de deputado federal nas eleições de 1998 no Brasil.

O entendimento acerca de todo o arcabouço que envolve a formação da carreira política de um indivíduo, a partir dos vários fatores que contribuem para que determinada trajetória seja traçada, ou então, em sentido contrário, escolhas que impedem o desenvolvimento e sucesso de uma carreira política são assuntos que contribuem não só para aquisição de noções de comportamento político, mas também para compreensão da própria dinâmica político-institucional brasileira. Afinal, estes são atores que se utilizam as instituições e as adequam, na medida do possível, para que seu funcionamento



atenda aos seus interesses pessoais e do grupo da população que representa ou pretende representar.

Estudos sobre o acompanhamento em relação à política e aos representantes que elegeu indicam que a tendência do eleitor brasileiro é que sua avaliação acerca da atuação de um político seja empreendida através do voto (AVRITZER, 2007). Isto significa que, dependendo da forma como o eleitor interpreta e observa melhora ou piora em sua condição de vida – e aqui incluímos acesso a renda, emprego, moradia e prestação de serviços públicos, entre outros aspectos –, ele irá recompensar os políticos que considera como responsáveis com o seu voto nas próximas eleições. Esta é uma das formas de exercício da *accountability*, que atualmente não tem se restringido aos períodos eleitorais, mas tem se expandido cada vez mais através da construção de espaços de participação da sociedade civil dentro da própria estrutura governamental. (AVRITZER, 2007).

No que diz respeito à *accountability* expressa nos períodos eleitorais por meio do voto, certamente é ela que mais constrange e afeta a performance dos atores políticos (MANIN ET AL., 1999). Para O’ Donnell (1998), “por meio de eleições razoavelmente livres e justas, os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário votando a seu favor ou contra ele ou os candidatos que apoie na eleição seguinte”. Assim, o sistema político brasileiro oferece incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais que afetam diretamente seu cotidiano, do que com a *performance* nacional de seus representantes. No caso dos deputados federais analisados por Pereira e Rennó (2001), tal pressuposto de que o comportamento dos políticos é voltado para atender os interesses locais de seu eleitorado com o intuito de obter cada vez maiores retornos eleitorais se confirmou, a partir dos resultados obtidos quando se buscou estimar que fatores são responsáveis por determinar a reeleição na Câmara dos Deputados.

A partir da diferenciação de dois grupos de estratégia eleitorais, as construídas com foco em transferir benefícios para atingir os interesses de localidades específicas – onde está concentrado seu eleitorado – que consideram importantes para o seu futuro eleitoral e aquelas voltadas à atuação nacional do parlamentar, relacionadas com a manutenção de sua imagem frente aos outros parlamentares dentro do ambiente político que é a

Câmara dos Deputados, inferiu-se que ambas são relevantes e devem ser inseridas no planejamento estratégico daquele parlamentar que intenta, no futuro, concorrer à reeleição e ser bem sucedido na sua decisão. Porém, as que oferecem maiores retornos eleitorais são de fato as estratégias orientadas ao *locus* do eleitorado. (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

À época de período de campanha para as eleições, por vezes a mídia divulga dados referentes às quantias despendidas pelos candidatos para financiar suas campanhas, além das doações recebidas por grupos de interesse. Parece claro que aqueles que têm à disposição maior quantidade de dinheiro são os que podem atingir um eleitorado maior, uma vez que maiores e de melhor qualidade são os investimentos em divulgação e *marketing* na elaboração de materiais distribuídos nas ruas e nas propagandas eleitorais nos meios de comunicação, tudo em prol de garantir que a sua visibilidade seja a melhor possível. Samuels (2000) segue este argumento, ao defender que será o financiamento de campanha que fará a diferença no sucesso eleitoral do candidato. No entanto, ao analisar esta variável, Pereira e Rennó (2001) identificam que, se por um lado ter os maiores gastos de campanha contribui para as chances de um candidato se reeleger, a diferença não é tão expressiva e marcante quanto Samuels (2000) defende.

Outro determinante do sucesso eleitoral encontrado pelos autores refere-se à execução das emendas orçamentárias apresentadas pelo candidato ao longo de seu mandato. Talvez esta variável seja a que represente melhor o sucesso ou não de um parlamentar diante da avaliação que o eleitorado empreende na hora de considerá-lo, ou não, como uma opção de voto. Isto se deve ao fato de que as emendas ao Orçamento Federal que foram executadas pelo Poder Executivo influenciam as políticas públicas que irão beneficiar localidades específicas e, por isso, são mais sentidas pela população (PEREIRA; RENNÓ, 2001). Por outro lado, se emendas são apenas aprovadas ao Orçamento, mas não há dinheiro desembolsado para tornar realidade o que elas propõem, nenhuma mudança será observada pela população e, apesar de não compreenderem o quão difícil e envolto em articulações políticas é conquistar a aprovação de uma emenda individual, o parlamentar é avaliado como despreocupado com seus eleitores ou orientado para atingir apenas seus

interesses pessoais. Tanto os gastos de campanha quanto a execução de emendas são estratégias orientadas para a *performance* local do parlamentar.

Em relação às estratégias orientadas para o desempenho nacional do parlamentar, ocupar posições de liderança na Câmara dos Deputados, como líder de partido e presidência de comissões permanentes e especiais, afeta consideravelmente, e de modo positivo, as chances do candidato se reeleger (Idem, 2001). Ser líder de determinado partido pode significar forte poder de influência nas tomadas de decisão da Câmara, e também do Congresso Nacional em determinadas situações, e decorre desta posição a maior visibilidade entre os membros do partido frente à população, uma vez que o líder é o porta voz do partido e, portanto, será ele quem fará as declarações sobre a opinião de sua organização partidária – muitas vezes, sua opinião pessoal – em relação a temas de interesse nacional nos meios de comunicação.

No entanto, quando analisado o comportamento do parlamentar nas sessões plenárias, em especial em como vota nos projetos que são oriundos do Poder Executivo, verifica-se que a manifestação favorável ou contrária às proposições que foram enviadas pelo Presidente da República não interfere no sucesso eleitoral do candidato (Idem, 2001). A principal justificativa para tal resultado deve-se ao fato da dificuldade que o eleitor enfrenta quando tem interesse em acompanhar as decisões tomadas pelo seu representante dentro da Câmara dos Deputados, uma vez que as informações não são de fácil acesso ou, a depender do caso, sequer estão disponíveis. Este é a dificuldade encontrada quando se busca detalhes sobre votações simbólicas realizadas, dado que o seu resultado é proferido pelo presidente da sessão apenas contraste entre favoráveis e contrários – que devem se manifestar levantando a mão, por exemplo – e, portanto, não há o registro de como cada parlamentar se posicionou. Por isso, a forma como o parlamentar vota em projetos do Executivo não interfere nas suas chances de ser reeleito.

Tendo em vista o interesse de desenvolver uma teoria da reeleição para o sistema político brasileiro, e a necessidade de sanar as lacunas existentes nas pesquisas que haviam sido empreendidas até então sobre o relacionamento que o Poder Legislativo tem com o Executivo nas particularidades que o nosso sistema impõe, Pereira e Rennó (2007) dão

continuidade aos seus estudos, e incluem nova variável a ser verificada como determinante para a reeleição no Brasil, desta vez, recaindo a análise sob dois períodos: 1998 e 2002.

É sabido que o sistema institucional brasileiro se estrutura de tal maneira que o Poder Executivo exerce preponderância nas atividades legislativas, pela possibilidade de encaminhar projetos de lei ao Congresso Nacional, editar medidas provisórias e solicitar urgência aos projetos que lhe são de interesse (PEREIRA; MUELLER, 2000). Dada esta influência na arena legislativa e no processo decisório, o cenário que se coloca aos deputados federais é buscar o alinhamento com os interesses do Executivo, se sua estratégia é orientada para a continuidade de sua carreira na Câmara, conforme a ambição estática que manifesta. Tal tarefa é ainda dificultada diante da estrutura de oportunidades que o ambiente institucional oferece no sentido de centralizar internamente o processo decisório na figura de líderes partidários e membros da Mesa Diretora, atribuindo papel “residual” aos deputados federais que não exercem nenhum cargo de liderança ou não ocupam posições de hierarquia.

Retomando a influência do Poder Executivo sobre o Legislativo, Pereira e Rennó (2007) buscaram analisar se o candidato a deputado federal tem maior chance de ser reeleito quando o Presidente em exercício é da mesma coligação, e também concorre à reeleição. De fato, os resultados indicaram que, se há um Presidente que também concorre à reeleição e, claro, apresentou avaliação positiva ao longo do primeiro mandato, aumentam as chances de sucesso eleitoral dos candidatos da mesma base e que atuaram conforme os interesses do Executivo.

Embora a forma como o parlamentar vote em projetos do Executivo não afete diretamente o sucesso eleitoral, esta variável está fortemente relacionada às suas chances de ver suas emendas ao Orçamento Federal executadas. Isto porque o nosso orçamento é apenas autorizativo, ou seja, apesar de os parlamentares terem a prerrogativa de aprovar emendas no projeto encaminhado originalmente pelo Executivo, é este quem decidirá a alocação final dos recursos. A decisão de como será feita esta distribuição está relacionada ao comportamento do parlamentar. Pesquisas anteriores indicam que, dada a forte influência que o Poder Executivo possui sobre o Legislativo, o primeiro é levado a construir estratégias a fim de recompensar ou punir os

parlamentares (PEREIRA; MUELLER, 2002; 2003), segundo a sua *performance*, e aqui refere-se a como o parlamentar se posiciona frente aos projetos do Executivo, como discutido anteriormente.

Assim, de acordo com Pereira e Rennó (2007, p. 671), “apoiar o Presidente na Câmara pode permitir acesso a uma ferramenta extremamente importante para o sucesso eleitoral dos parlamentares”.

Em relação à dinâmica entre Executivo e Legislativo e possíveis formas de interferência entre eles no que se refere à busca de apoio eleitoral e construção de imagem positiva, Ames (1994) já havia esboçado uma teoria sobre o efeito reverso do fenômeno conhecido como *coattails*. Tal fenômeno ocorre quando o Presidente é capaz de atrair votos para os candidatos que manifestam apoio a ele, de tal modo que as chances de reeleição de prefeitos seriam assim impulsionadas. Ames (1994) observou, no entanto, que na realidade o que se observava era o efeito reverso a este fenômeno, ou seja, o Presidente que garantia benefícios locais futuros a prefeitos em troca de apoio eleitoral apresentava melhor desempenho nas eleições, principalmente naquelas regiões que o prefeito, sendo do mesmo partido, tinha manifestado o apoio expresso à campanha presidencial.

Samuels (2000) encontrou resultados divergentes de Ames (1994), quando verificou que o sistema eleitoral brasileiro, na verdade, oferece incentivos para que as campanhas de candidatos a deputado federal sejam construídas de modo alinhado ao candidato a governador do estado que também representa, ao invés do Presidente. Mesmo que os autores não estejam de acordo em suas observações, ambos convergem no que diz respeito ao ponto de referência para organização de campanhas, pois que nenhum centraliza na figura do Presidente o personagem de maior influência, mas sim em atores regionais ou estaduais. Deve-se ressaltar que, à época desses estudos, não havia ocorrido a mudança institucional que permitiu a reeleição para cargos do Executivo<sup>1</sup> e, por isso, a continuidade da pesquisa de Pereira e Rennó (ano) veio para acrescentar mais esse elemento explicativo nas discussões acerca dos determinantes para a reeleição de deputados federais no Brasil.

---

<sup>1</sup> Emenda Constitucional nº 16/1997

### 3. MÉTODO DE PESQUISA

A fim de verificar quais fatores são capazes de determinar a reeleição de deputados federais, em particular, do Distrito Federal, pretende-se analisar o perfil do comportamento do parlamentar em relação às suas bases eleitorais, ou seja: é possível identificar atitudes tomadas e características assumidas ao longo de seu mandato político voltadas a atender as demandas locais do reduto eleitoral e que são capazes de favorecer ou prejudicar o candidato à reeleição? Além disso, é necessário também que se detenha o olhar sobre o comportamento do parlamentar em relação à sua atuação na política nacional, identificada aqui como a sua participação no Congresso Nacional, frente ao seu partido, ao seu líder partidário, ao presidente da Câmara dos Deputados e seus pares e até mesmo ao Presidente da República, e se tais variáveis surtam efeito no resultado da eleição.

Para tal, será aplicado o mesmo grupo de variáveis utilizadas por Pereira e Rennó (2001; 2007), na investigação dos determinantes do sucesso eleitoral para o cargo de deputado federal, inicialmente nas eleições de 1998 e posteriormente, no segundo estudo, também nas eleições de 2002. Serão feitas algumas ressalvas a determinadas variáveis que serão explicadas em maior detalhe ao longo deste capítulo.

O interesse em conduzir esta pesquisa fazendo uso das mesmas variáveis, com a liberdade de realizar certos ajustes e complementações, justifica-se pela importância e também necessidade de consolidação de uma teoria da reeleição no Brasil, desenvolvida previamente pelos citados autores (PEREIRA; RENNÓ, 2007). Dado que explicações cada vez mais profundas acerca do perfil dos parlamentares brasileiros é um campo de estudo que precisa ser mais explorado, reforçar uma teoria que se pretende estabelecer sobre o tema é um caminho que visa contribuir para o conjunto de conhecimentos sobre a política nacional.

No entanto, uma vez que o número de deputados federais a serem estudados para o Distrito Federal é reduzido em relação à amostra da análise que abrangeu os parlamentares que concorreram à reeleição em todo o território nacional, não será cabível utilizar aqui o mesmo método quantitativo aplicado.

Será feita, por isso, uma pesquisa documental, dado que as informações a serem coletadas sofrerão o tratamento analítico que corresponde aos objetivos deste estudo, e a análise destes dados oferecerá as respostas para o que se pretende estudar. Ao invés de uma análise quantitativa empreendida por meio de métodos estatísticos, terá lugar uma análise com viés qualitativo, permitindo assim adentrar um pouco mais a fundo na personalidade e trajetória de cada parlamentar em questão.

O estudo tratará, portanto, de analisar cinco grupos de variáveis, que se diferenciam entre: as que se referem ao relacionamento do parlamentar com o Poder Executivo; as voltadas para a atuação dentro do seu partido político; referentes também à sua atuação e desempenho na Câmara dos Deputados; as variáveis que verificam a *performance* eleitoral do candidato em eleições passadas; e, por fim, as que buscam descrever características pessoais do candidato.

### 3.1 O parlamentar e o Poder Executivo

A primeira variável deste grupo refere-se ao número de *emendas* individuais aprovadas na lei orçamentária anual que, conforme abordado em momento anterior, está condicionada ao apoio do parlamentar aos projetos de interesse ou oriundos do Poder Executivo, como forma de recompensa (PEREIRA; MUELLER, 2003; 2004). Assim, quando o parlamentar tem suas emendas individuais orçamentárias incluídas no projeto e sem vetos da presidência, é um indicativo do bom relacionamento com o Poder Executivo.

A próxima variável também afeta de modo positivo as chances de reeleição e decorre da primeira, ao indicar o valor quantitativo (em reais) das *emendas executadas* na região do Distrito Federal, chamada aqui de *pork*. Esta variável, por sua vez, expressa a ideia de que apenas a aprovação de emendas orçamentárias não é suficiente para beneficiar as localidades específicas, sendo necessária ainda a liberação de recursos e a concretização da política pública para que a população o recompense (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Outras duas variáveis que medem a relação com o Executivo são o *partido do governo*, ou seja, se o parlamentar pertence ou não a base do governo e a variável *apoio ao Presidente*, que verifica a forma como o parlamentar vota projetos de autoria do Poder Executivo no plenário da Câmara dos Deputados (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

Neste caso, será interessante observar como *pertencer à base do governo* favoreceu, ou não, os candidatos nas eleições de 2014, em que a Presidente Dilma, apesar de também estar se lançando à reeleição, enfrentava um período de queda na popularidade, crise de governabilidade e enfrentamento de fortes críticas, tanto da oposição no governo quanto da população.



### 3.2 Atuação nos partidos políticos

As variáveis deste grupo estão relacionadas ao comportamento do parlamentar inserido no seu partido político. Na pesquisa de Pereira e Rennó (2001; 2007), foi analisado o número de mudanças partidárias do parlamentar ao longo de seu mandato, porém neste estudo esta variável será descartada, uma vez que o período que será analisado é posterior à aprovação da Lei de Fidelidade, que proíbe os políticos detentores de mandato modificar sua legenda, exceto para casos específicos, como expulsão justificada, comprovada alteração ideológica da sigla, perseguição e migração para partidos recém-criados.

Neste sentido, será observada a *posição do parlamentar dentro do partido*, descrita como o exercício do cargo de líder partidário, dado que ocupar posições deste nível oferece grande visibilidade e permite a identificação dos eleitores, além de participarem ativamente nas negociações das demandas do partido frente ao executivo (PEREIRA; RENNÓ, 2007).

A última variável deste grupo refere-se à *atividade partidária* do parlamentar em geral, que não consta nas pesquisas de Pereira e Rennó, mas que é válida de ser acrescentada aqui principalmente quando o objetivo é deter-se mais profundamente nas características e comportamento do candidato à reeleição. Enquanto a variável posição no partido apresenta apenas informações sobre a liderança da organização, a referente à atividade partidária buscará outras posições ocupadas pelo parlamentar dentro da estrutura do partido, não necessariamente durante seu mandato, mas sim ao longo de sua trajetória política. A expectativa é que os candidatos que exerceram outras posições fora liderança de partido, como por exemplo, presidência de partido, seja nacional ou a nível estadual, também são afetados positivamente no resultado das eleições.

### 3.3 Atuação na Câmara dos Deputados

Avaliar a *performance* do deputado na Câmara dos Deputados também oferece subsídios para verificar se o seu desempenho, assim como a ocupação de posições hierárquicas em órgãos da Casa contribuem positivamente, ou não, para seu sucesso eleitoral. Para tal, são utilizadas as seguintes variáveis: cargos na *Mesa Diretora*, cargos em *comissão permanente* e *comissão especial*, número de *projetos* apresentados no período, presença em sessões deliberativas em plenário e, por fim, *relatoria de projetos* em comissão (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2003).

O exercício de mandatos anteriores tanto na *esfera legislativa*, quanto na *executiva*, também consta neste conjunto, a fim de traçar as experiências prévias dos parlamentares. A indicação de quantos *mandatos foram exercidos na Câmara dos Deputados* é a última variável deste grupo, que indica o quão bem-sucedido o parlamentar tem se mostrado ao reeleger-se por mais de um mandato consecutivamente.

### 3.4 Variáveis eleitorais

Neste grupo de variáveis, a proposta é examinar a atuação do parlamentar na arena eleitoral na eleição imediatamente anterior, buscando informações acerca da *quantidade de votos* recebidos, que indica a segurança eleitoral do parlamentar em assumir o risco de lançar nova candidatura, dado que a quantidade de votos exprime o apoio do eleitorado (PEREIRA; RENNÓ; 2001; 2003).

A próxima variável refere-se à concentração de votos também na eleição anterior. Esta é medida por meio da divisão do total de votos recebidos na zona eleitoral em que foi mais bem votado pelo total de votos recebidos no Distrito Federal. A proposta de Pereira e Rennó (2001) ao estudar o comportamento desta variável era verificar se a teoria de que os parlamentares que concentram mais seus votos têm menos chances de reeleição (AMES, 1995a; 1995b). No entanto, para este estudo tal variável não será aplicada uma vez que o tratamento quantitativo empreendido originalmente impede que o mesmo procedimento seja replicado, dado a abordagem mais qualitativa que é adotada. Pereira e Rennó (2001) também avaliaram a distribuição espacial de votos dos candidatos, no entanto, esta variável não será aplicada neste estudo uma vez que o fato do Distrito Federal não ser dividido por municípios exige tanto da obtenção dos dados quanto da própria análise desta distribuição – que neste caso deveria ser feita por zonas eleitorais – um maior e extenso tratamento que extrapola o alcance do trabalho. Além disso, empreender a comparação se o candidato manteve a mesma base eleitoral na eleição anterior e a eleição em questão fica comprometida, principalmente entre as eleições de 2006 e 2010 dado que o Distrito Federal passou por uma revisão das zonas eleitorais que culminou na divisão e renumeração de algumas zonas. Por isso, desconsiderar estas particularidades comprometeria a fidelidade do dado e, portanto, optou-se pela exclusão desta variável.

A última variável deste conjunto está relacionada aos *gastos de campanha* do candidato. Aqueles parlamentares que possuem maiores recursos à sua disposição têm condições de melhor alcançar seu eleitorado e de financiar um *marketing* político elaborado e, segundo Samuels (2000), são eleitos e reeleitos os candidatos que gastam mais. Será analisado, portanto, se

este argumento também pode ser aplicado aos deputados federais do Distrito Federal.

### 3.5 Características pessoais

O último conjunto busca coletar informações sobre a trajetória geral do candidato, e para tanto, serão verificadas cinco variáveis. A primeira refere-se ao histórico profissional do candidato e se, em particular, declara-se como *empresário*. Optou-se por manter esta variável utilizada nas pesquisas de Pereira e Rennó (2001; 2007), dado o contraste de resultados que poderão ser observados, uma vez que o período analisado compreendia a transição entre a gestão FHC para a gestão de Lula e à época defendeu-se que, nas eleições de 1998 (reeleição de FHC), a coalizão do governo de perfil de centro-direita seria a maior beneficiada no resultado das eleições (PEREIRA; RENNÓ, 2007, p. 677).

Este estudo, por outro lado, concentra-se inicialmente na transição da gestão Lula para o governo Dilma, ambos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores e, no segundo momento, trabalha com o cenário de tentativa de reeleição de Dilma Rousseff. O perfil da coalizão que poderia se beneficiar das eleições presidenciais, em ambos os períodos, não é mais a centro-direita e sim os partidos ligados à centro-esquerda, com trajetória política marcada pela participação de sindicatos trabalhistas, movimentos estudantis e organizações não governamentais. Por isso, foi acrescentada a variável que pretende verificar o nível de participação dos parlamentares em *lideranças sindicais e em entidades representativas de classes*, atuação em movimentos sociais e espera-se que estes obtenham maior sucesso eleitoral que o grupo ligado ao setor empresarial.

Por fim, a última variável atua em complementaridade à anterior, na medida em que verifica a ocupação de *cargos burocráticos* por parte dos parlamentares antes de exercerem seus mandatos políticos, ou seja, será averiguada informação sobre a profissão declarada do candidato e, assim, verificar quais outras categorias profissionais o eleitorado se identifica e que pode afetar positivamente o candidato.

#### 4. RESULTADOS E ANÁLISE

Os dados apresentados a seguir foram coletados por meio de pesquisa ao acervo da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e buscou-se como unidade a ser analisada o/a deputado/a federal do Distrito Federal que registrou e lançou candidatura para reeleger-se ao mesmo cargo nas eleições de 2010 e de 2014. Vale ressaltar que foram incluídos no rol de deputados não só os que assumiram o mandato como titular, mas também como suplente, uma vez que assumir o posto em substituição a um parlamentar garante acesso a todos os benefícios do cargo e, portanto, não se poderiam deixar estes casos de fora da análise (PEREIRA; RENNÓ, 2007). Não serão analisados neste trabalho os deputados federais do DF que optaram por lançar candidatura a um cargo externo à Câmara dos Deputados ou por se aposentar da carreira política.

A partir desses parâmetros, verificou-se, conforme as Tabelas 1 e 2 a seguir, a seguinte relação de candidatos que lançaram candidatura à reeleição para deputado federal do Distrito Federal nas eleições de 2010 e de 2014, com seus respectivos resultados eleitorais.

**Tabela 1 – Candidatos à reeleição e resultado em 2010**

<b>ELEIÇÕES 2010</b>	
<b>CANDIDATO</b>	<b>RESULTADO</b>
Geraldo Magela	Reeleito
Augusto Silveira de Carvalho	Não eleito (suplente)
Laerte Bessa	Não eleito
Izalci Lucas Ferreira	Reeleito
Ricardo Quirino dos Santos	Não eleito (suplente)

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 2 – Candidatos à reeleição e resultado em 2014**

<b>ELEIÇÕES 2014</b>	
<b>CANDIDATO</b>	<b>RESULTADO</b>
Érika Kokay	Reeleita
Ronaldo Fonseca	Reeleito
Izalci Lucas Ferreira	Reeleito
Augusto Silveira de Carvalho	Reeleito

Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições gerais de 2010, tem-se que os deputados federais Geraldo Magela e Izalci foram reeleitos e os candidatos Augusto de Carvalho, Laerte Bessa e Ricardo Quirino não foram reeleitos, sendo que, posteriormente, Augusto de Carvalho e Ricardo Quirino irão assumir o cargo de suplentes durante a 54ª legislatura (2010-2014).

No resultado para as eleições de 2014, a situação que se apresentou foi peculiar em relação ao resultado para 2010, dado que todos os deputados federais que optaram por tentar se reeleger ao cargo obtiveram êxito em sua meta. Se for considerado que, de fato, deputados federais não são propensos ao risco e, por isso, optam por tentar buscar apenas os cargos em que verificam e consideram a elevada probabilidade de sucesso (PEREIRA *ET AL.*, 2003), é possível assim justificar tal comportamento para as últimas eleições. Devido à ausência de um grupo de controle que permita a comparação entre reeleitos e não reeleitos, a análise terá uma abordagem voltada para a comparação de grau das variáveis aplicadas a estas unidades.

Sendo assim, tem-se que os candidatos Érika Kokay, Ronaldo Fonseca, Izalci e Augusto Carvalho foram todos reeleitos.

A apresentação dos resultados e respectiva análise serão divididas em cinco partes, conforme os grupos de variáveis explicados no capítulo anterior. Serão exibidos primeiramente os dados referentes à relação do parlamentar com o Poder Executivo; em seguida, a atuação destes candidatos em seus respectivos partidos políticos; após, sua *performance* na Câmara dos Deputados; a quarta parte será destinada ao grupo de variáveis que examinou a atuação do parlamentar na arena eleitoral; e por último, serão tratadas as características pessoais do parlamentar.

#### 4.1 Parlamentar e o Poder Executivo

Em relação ao número de emendas apresentadas individualmente (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007) pelos deputados federais do DF, direcionadas a políticas públicas exclusivamente do DF, e que foram incluídas no orçamento da União, verificou-se que o simples quantitativo não interfere no resultado das eleições, conforme apresentado a seguir nas Tabelas 3 e 4.

**Tabela 3 – Emendas incluídas no OGU – 2007-2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>EMENDAS</b>
Geraldo Magela	9
Augusto Silveira de Carvalho	22
Laerte Bessa	39
Izalci Lucas Ferreira	0
Ricardo Quirino dos Santos	0

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 4 – Emendas incluídas no OGU – 2011-2014**

<b>CANDIDATO(A)</b>	<b>EMENDAS</b>
Érika Kokay	45
Ronaldo Fonseca	21
Izalci Lucas Ferreira	28
Augusto Silveira de Carvalho	0

Fonte: Elaboração própria.

Ao se olhar a Tabela 3, observa-se que o deputado que mais teve emendas incluídas nas Leis Orçamentárias Anuais (2007-2010) não foi reeleito, no caso, Laerte Bessa, que apresentou um total de 39 emendas ao Orçamento destinadas ao Distrito Federal unicamente.

Ao observar o número de emendas incluídas para os candidatos reeleitos, a situação é a mais divergente possível, uma vez que, por um lado Geraldo Magela constou com nove emendas e, de outro, Izalci, que não teve nenhuma emenda de sua autoria incluída. Até mesmo Augusto de Carvalho, que não fora reeleito, foi mais bem-sucedido em relação ao deputado Izalci, por terem sido aceitas vinte e duas emendas individuais suas.



Quando se analisam os resultados da Tabela 4, verifica-se que o mesmo padrão é seguido, ou seja, mesmo que todos os candidatos em questão tenham sido reeleitos, tem-se, de um lado, a deputada Érika Kokay, que contou com o elevado número de quarenta e cinco emendas de sua autoria incluídas na lei orçamentário do governo federal e, de outro, o deputado Augusto Carvalho, que, apesar de ter exercido como suplente entre 2010 e 2014 e ter o direito de acesso a todos os benefícios do cargo, não teve nenhuma emenda incluída.

Constata-se que esta variável, que se pretende a avaliar o relacionamento do parlamentar com o Poder Executivo – no que se refere à inclusão de emendas individuais no Orçamento como indicativo de recompensa pela *performance* do parlamentar alinhada aos interesses do Executivo –, não é capaz de interferir nos resultados das eleições e não afeta as chances do deputado se reeleger ou não, conforme também constataram Pereira e Rennó (2001).

A próxima variável expressa melhor a medição do relacionamento entre Executivo e Legislativo, que é o valor das verbas executadas das emendas individuais de cada parlamentar pelo Poder Executivo (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007), uma vez que a execução de emendas destinadas ao DF está condicionada ao apoio que o Presidente tem recebido na Câmara dos Deputados, neste caso (PEREIRA; MUELLER, 2003; 2004). Esta variável é capaz de avaliar a força que o deputado apresenta para executar de modo efetivo suas emendas. É válido ressaltar que Pereira e Rennó (2001;2007) consideram como *pork barrel* o valor em reais das emendas que de fato foram executadas no principal reduto eleitoral do parlamentar.

No entanto, para fins deste trabalho, diferencia-se *pork barrel* do real valor executado das emendas destinadas a políticas públicas na região do Distrito Federal, dada a definição pelo Dicionário de Oxford de que o conceito se refere, na verdade à ação do governo em destinar recursos angariados por todo o Estado para projetos específicos de uma localidade para agradar o eleitor e conquistar votos em troca.

As Tabelas 5 e 6 apresentam o *quantum* executado em reais das emendas individuais de cada deputado incluídas nas leis orçamentárias anuais entre os períodos de 2007 a 2010 e 2011 a 2014, respectivamente. Na tentativa de verificar possível correlação entre o valor executado e o resultado da eleição, constata-se que, apesar da liberação de recursos representar a influência que o parlamentar possui para garantir ao seu eleitorado a efetivação de políticas e o seu bom relacionamento com o Poder Executivo, tal execução não é suficiente para alterar o resultado das eleições.

**Tabela 5 – Emendas executadas entre 2007-2010 (Valores em R\$)**

<b>CANDIDATO</b>	<b>VALOR EXECUTADO</b>
Geraldo Magela	6.285.216,00
Augusto Silveira de Carvalho	23.215.852,00
Laerte Bessa	11.603.230,00
Izalci Lucas Ferreira	0,00
Ricardo Quirino	0,00

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 6 – Emendas executadas entre 2011-2014 (Valores em R\$)**

<b>CANDIDATO</b>	<b>VALOR EXECUTADO</b>
Érika Kokay	546.814.744,00
Ronaldo Fonseca	2.298.703,83
Izalci Lucas Ferreira	52.276.579,95
Augusto Silveira de Carvalho	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Isto porque, ao se observar a Tabela 5, referente aos candidatos às eleições de 2010, tem-se que Geraldo Magela conquistou a liberação de recursos em um total de R\$ 6.285.216,00, enquanto para Izalci, sem emendas incluídas, conseqüentemente nada lhe foi liberado. Tanto Izalci quanto Magela, no entanto, foram reeleitos.

Laerte Bessa, por outro lado, conquistou frente ao Executivo a liberação de um montante de R\$ 11.603.230,00, e ainda sim tal ação não contribuiu para recompensá-lo eleitoralmente, uma vez que não fora reeleito.

A ausência de relação entre garantir que suas emendas individuais sejam executadas e a posterior recompensa eleitoral justifica-se pela

dissociação feita pelos deputados entre executar as políticas e a devida publicidade sobre sua conquista frente ao eleitorado. Segundo Samuels (2002), falta aos políticos “os recursos ou a capacidade organizacional para informar aos votantes de sua nobre atitude” (Idem, p. 849), e sabe-se que o eleitorado toma sua decisão a partir do que é informado ao longo das campanhas eleitorais (Ibidem, 2002).

Uma última observação sobre a Tabela 5 está relacionada à dinâmica de relacionamento entre Executivo e Legislativo e sua flexibilidade, em que o único deputado federal pertencente ao mesmo partido da Presidência da República (Partido dos Trabalhadores – PT) foi o menos favorecido em questão monetária, enquanto Augusto de Carvalho (PPS), que não pertencia à coligação oficial de Dilma Rousseff, foi agraciado com o maior montante.

Para os candidatos de 2014, representados na Tabela 6, verifica-se, por outro lado, que a deputada do PT, Érika Kokay, foi favorecida com a maior liberação de emendas para executar suas políticas, num total de R\$ 546.814.744,00. A deputada foi seguida pelo partido da oposição, representado por Izalci, do PSDB, que atingiu a liberação de R\$ 52.276.579,95 em recursos.

Diferentemente do caso exposto anteriormente, aqui se observa que, de fato, a deputada que pertencia à coalizão do governo e ao próprio partido da Presidente da República representou melhor a relação entre Executivo e Legislativo, uma vez que o primeiro tende a favorecer aqueles atores que o apoiam e Érika Kokay, ao longo de seu mandato, buscou defender as políticas do governo, como será mostrado adiante a partir do padrão de votação em projetos do Executivo.

No entanto, no que se refere à ligação entre execução de emendas e recompensa eleitoral, para os candidatos de 2014 ela também se mostrou ausente, vide o deputado Augusto de Carvalho, em posição semelhante a Izalci, nas eleições de 2010.

A real recompensa eleitoral depende, assim, não de apenas de apresentar emendas ao orçamento federal, sendo que executá-las também não se mostrou suficiente, como visto. Na verdade, ganhar o interesse do eleitorado envolve dois processos que se diferenciam. O primeiro deles refere-se ao trabalho em si para obter a liberação de recursos e o segundo processo, mais importante, refere-se à “cobrança” de crédito – *credit claiming* – e

reconhecimento de sua responsabilidade pelo que fez pelo povo (MAYHEW, 1974).

Os resultados encontrados para a variável *partido do governo* evidenciaram que, ao contrário de Pereira e Rennó (2001), que defendem existir uma vantagem eleitoral de deputados federais que pertencem ao mesmo partido do Presidente da República que também concorre à reeleição, para as eleições de 2014 a situação foi inversa no caso dos parlamentares do DF, conforme descrito a seguir.

Nas eleições de 2010, o ex-presidente Lula, ao término de seu segundo e último mandato, lançou como sua sucessora a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. A campanha da candidata foi fortemente marcada pela construção de um governo que fosse continuidade da gestão Lula, despertando o interesse da maior parte do eleitorado. Dado que o ex-presidente Lula chegou ao fim de sua gestão com ainda elevado nível de popularidade, Dilma foi beneficiada e este fator contribuiu para que fosse eleita<sup>2</sup>.

A influência positiva de Lula foi estendida às eleições legislativas, pois, ao se observar a Tabela 7, nota-se que os parlamentares que optaram por candidatar-se à reeleição são em sua maioria pertencentes à base do governo. No entanto, no caso do DF, a realidade não confirmou a teoria, posto que, entre quatro candidatos em coligação com o partido da futura Presidente, apenas dois, Geraldo Magela e Izalci, conseguiram se reeleger.

**Tabela 7 – Partido e posição dos candidatos no mandato anterior às eleições de 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>PERTENCE À BASE</b>
Geraldo Magela	PT	Sim
Augusto Silveira de Carvalho	PPS	Não
Laerte Bessa	PSC	Sim
Izalci Lucas Ferreira	PR	Sim
Ricardo Quirino	PRB	Sim

Fonte: Elaboração própria.

<sup>2</sup> As informações acerca do nível de popularidade do Governo Lula foram obtidas a partir das pesquisas de Avaliação de Governo realizadas pelo *Instituto de Pesquisas Datafolha* entre 2009 e 2010, que chegou a identificar, em março de 2010, uma aprovação em torno de 73% de seu mandato.

Quando se observa o cenário das eleições de 2014, em que o período de campanha foi bombardeado por pesquisas que avaliavam em queda sua popularidade, em conjunto com as recentes manifestações populares que se espalharam pelo país, tem-se o resultado exposto na Tabela 8.

**Tabela 8 - Partido e posição dos candidatos no mandato anterior às eleições de 2014**

<b>CANDIDATO(A)</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>PERTENCE À BASE</b>
Érika Kokay	PT	Sim
Ronaldo Fonseca	PROS	Sim
Izalci Lucas Ferreira	PSDB	Não
Augusto Silveira de Carvalho	SD	Não

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez que todos os candidatos que buscaram a reeleição em 2014 obtiveram êxito, a partir dos dados da Tabela 8 conclui-se que o contexto político do momento e a crise de governabilidade não se estenderam de forma majoritariamente negativa às eleições legislativas, no caso do Distrito Federal. Tanto candidatos opositoristas quanto da base foram favorecidos, igualmente, vale destacar.

Pereira e Rennó (2001) acreditam no impacto do Poder Executivo nas eleições legislativas, dado como positivo quando se pertence ao mesmo partido ou coligação do presidente também candidato à reeleição.

Todavia, a mesma ressalva feita pelos autores deve ser destacada neste estudo, pois que se mostra necessário observar também a popularidade do candidato, conforme o caso exposto anteriormente de Dilma nas eleições de 2014. Os resultados encontrados impedem conclusões mais categóricas, uma vez que tanto opositores ao governo quanto aliados do governo obtiveram sucesso nas eleições.

A última variável analisada do grupo que avalia a relação do parlamentar com o Executivo refere-se ao padrão de votação do deputado federal em projetos de autoria do Executivo em plenário (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007). Os resultados encontrados estão na Tabela 9, que apresenta, por candidato, a porcentagem de votações em que se manifestou favorável.

**Tabela 9 – Apoio em votações nominais de projetos do Poder Executivo entre 2007- 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PADRAO DE VOTAÇÃO</b>
Geraldo Magela	95,34%
Augusto Silveira de Carvalho	19,35%
Laerte Bessa	82,14%
Izalci Lucas Ferreira	33,33%
Ricardo Quirino	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

No período de 2007 a 2010, verifica-se que o deputado Geraldo Magela, filiado ao mesmo partido da Presidente da República, manifestou 95,3% de apoio aos projetos de autoria do Executivo, um nível de fidelidade considerado alto e condizente com sua situação de pertencer à base de governo. E gradualmente isso se observa também nos outros deputados de partidos aliados do governo, exceto pelo deputado Ricardo Quirino, que votou favoravelmente 100% das vezes.

O único parlamentar do DF considerado da oposição, deputado Augusto de Carvalho, não declarou seu posicionamento de apoio aos interesses do presidente também nas votações em plenário, uma vez que defendeu apenas 19,3% das vezes projetos do Executivo. É interessante notar que o deputado Izalci, à época filiado a partido de coalizão do governo, rejeitou a maior parte da orientação de seu líder partidário, e votou com o governo em apenas 33,3%, provavelmente como um prenúncio de sua posterior filiação, nas eleições seguintes, a partido da oposição.

Ao se analisar o apoio ao Presidente em projetos de sua autoria com a liberação de recursos para execução de políticas (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007), não é possível afirmar para este caso que houve punição ou recompensa a partir da *performance* do parlamentar. Isto de se deve ao fato que mesmo tendo sido agraciado com o maior valor em reais de suas emendas individuais, o deputado Augusto de Carvalho não foi motivado a cooperar com o Executivo em plenário.

Assim, a execução seletiva de emendas individuais nesta primeira situação não incentivou comportamentos cooperativos por parte dos parlamentares com o Poder Executivo, em oposição a Pereira e Mueller (2003, p. 753), que defendem que

os parlamentares que conseguiram executar suas emendas individuais, tanto em sua principal base eleitoral (*pork*) como em todo o estado (*budget*), apresentam maior probabilidade de votar favoravelmente às preferências do Executivo.

No período de 2011 a 2014, a situação se repete (Tabela 10). De fato, os deputados que fazem parte da coalizão do governo, como Erika Kokay e Ronaldo Fonseca, votaram em sua maioria favoravelmente aos projetos do Executivo, com 94,4% e 100%, respectivamente. De outro lado, os deputados da oposição não cooperaram em alto grau com o Executivo, mas ainda é possível verificar alguma “empatia” no caso do deputado Izalci, que votou 61,1% das vezes com o governo.

**Tabela 10 – Apoio em votações nominiais de projetos do Poder Executivo entre 2011-2014**

<b>CANDIDATO(A)</b>	<b>PADRAO DE VOTAÇÃO</b>
Érika Kokay	94,4%
Ronaldo Fonseca	100%
Izalci Lucas Ferreira	61,1%
Augusto Silveira de Carvalho	41,6%

Fonte: Elaboração própria.

Assim como o período anterior se mostrou, no caso dos deputados federais do DF, não há como afirmar que o Presidente da República se utiliza do poder de autorizar, ou não, a execução de emendas individuais para recompensar ou punir parlamentares, ou que a liberação antecipada de recursos gera incentivos aos deputados federais para que cooperem com o governo, aprovando projetos de sua autoria enviados à Câmara dos Deputados.

Por fim, questiona-se se manifestar apoio aos projetos oriundos do Executivo interfere na decisão do eleitorado ou no próprio resultado das eleições. A resposta não é afirmativa, em primeiro lugar porque realizar o acompanhamento efetivo do andamento de projetos é custoso à população, pois exige tempo e informação que seja de fácil acesso e disponível a todos (MARTINS, 1994). Em segundo lugar, não são gerados incentivos suficientes ao eleitorado para que se interesse em ter conhecimento sobre os assuntos pautados na Câmara dos Deputados. Os meios de comunicação, principalmente os telejornais, assumem este papel de levar o conteúdo ao público, no entanto isto não é feito de forma a atrair e despertar a vontade no ouvinte para que acompanhe de perto a tramitação de projetos e até mesmo interfira no resultado, caso o conteste.

Porém, deve-se levar em consideração que haverá interesse em participar e buscar a informação quando se trata de pautas que afetam diretamente determinado grupo social, como ocorreu com o projeto de demarcação de terras indígenas, em que comunidades tribais acompanharam *in loco* os resultados da tramitação da proposição e outras pautas sociais.



## 4.2 Atuação do parlamentar no partido político

Esta seção analisará em que medida a atuação do parlamentar em seu partido político contribui para o sucesso eleitoral.

O primeiro resultado encontrado não consegue testar, no caso do DF, a teoria de que exercer a *posição de líder de partido* favorece o parlamentar nas suas chances de reeleição (PEREIRA; RENNÓ, 2001), uma vez que nenhum dos deputados do Distrito Federal, tanto os que não foram reeleitos quanto os que obtiveram êxito, não exerceram ao longo de seu mandato a liderança de seu partido. Esta variável, portanto, no DF, não interferiu na decisão do eleitor em votar, ou não, em determinado candidato.

Este resultado leva ao questionamento sobre o porquê os parlamentares do DF não buscam ou não conseguem exercer o cargo de líder do partido, uma vez que exercer a liderança oferece certas vantagens ao parlamentar que o diferencia dos outros integrantes do partido. Usufruir da posição de porta-voz, por exemplo, proporciona maior visibilidade nos meios de comunicação e conseqüentemente contribui para que seja visto pela população com maior frequência em relação aos outros deputados. Tal condição poderia favorecê-lo frente ao seu eleitorado, porém, dado que a população do DF não usufruiu da oportunidade de ter um representante ocupando este posto, tal avaliação não pode ser ponderada no momento do voto.

A fim de ir mais a fundo acerca da importância de se ocupar posições dentro do partido e devido à falta de relevância da variável liderança nos resultados eleitorais de deputados federais do DF que se candidataram à reeleição, incluiu-se a variável *atividade partidária*. Os resultados encontrados declaram que enquanto o posto de líder de partido pode ser tratado como um cargo difícil de almejar, exercer a vice-liderança pode ser vista como uma segunda opção, mais acessível e viável para a maioria dos parlamentares.

Conforme pode ser observado nas Tabelas 11 e 12 abaixo, exercer a vice-liderança de partidos ou blocos é uma função mais negociável dentro do partido, e que não deixa de demonstrar a influência do parlamentar junto aos seus pares na Câmara. Este é o caso de Geraldo Magela que, apesar de não ter assumido a liderança de seu partido enquanto deputado federal, foi não só vice-líder do partido, como também líder do governo em mandatos anteriores.

Considera-se que exercer a liderança de governo na Câmara dos Deputados oferece vantagens – no quesito visibilidade – ainda maiores que a liderança partidária, uma vez que é um dos atores que mais se envolvem nas negociações entre Executivo e Legislativo. Augusto de Carvalho e Laerte Bessa também exerceram a vice-liderança, de seu partido e de bloco, respectivamente.

Vê-se que outras atividades partidárias de importância podem ser ocupadas externamente à Câmara dos Deputados e que contribuem com a visibilidade do parlamentar frente ao seu eleitorado (Tabela 11). Retomando o caso do deputado Geraldo Magela, a variedade de atividades partidárias assumidas com peso político considerável, lhe favoreceram principalmente diante do seu partido. Augusto de Carvalho e Izalci também seguem este padrão, por terem exercido a Presidência estadual de seu respectivo partido. O deputado Ricardo Quirino torna-se nesse caso a exceção, uma vez que não assumiu liderança de partido e nenhuma outra atividade partidária externa à Câmara dos Deputados.

**Tabela 11 – Atividades partidárias internas e externas à Câmara dos Deputados exercidas até 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>INTERNA</b>	<b>EXTERNA</b>
Geraldo Magela	Vice-Líder, PT, 1999-2001, 6/3/2007- 9/4/2008; Líder do Governo, PT, 1997;	Fundador do PT, DF; Membro da Executiva Nacional do PT; Presidente do Diretório Regional do PT, DF, 1984-1985, 1986-1987, e 1994-1996; Tesoureiro Nacional do PT, SP, 1988-1989; Líder da Bancada Distrital do PT, DF, 1994. Secretário-Geral Nacional do PT, 2001-2002
Augusto Silveira de Carvalho	Vice-Líder, PCB, 1987, 1989-1990; Membro, Bancada do PPS, 1997; Vice-Líder, PPS, 13/2/2007-13/3/2007, e 10/3/2008-9/4/2008;	Membro da Executiva Nacional do PPS, 1990; Presidente, PPS, DF, 1993.
Laerte Bessa	Vice-Líder do Bloco PMDB, PSC, PTC, 01/04/2009-29/09/2009.	Vice-Presidente, PMDB, DF

Izalci Lucas Ferreira	-	Membro da Executiva do PFL, Brasília, DF, 2002; Presidente, PR, Brasília, DF, 2009.
Ricardo Quirino	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Ao observar a atividade partidária dos candidatos para as eleições de 2014, representada na Tabela 12, reduz-se a significância a ser dada para o exercício de líder do partido, dado que os resultados reforçam como há uma variedade de postos dentro do partido a serem ocupados, que também contribuem para o sucesso eleitoral do parlamentar. O deputado Ronaldo Fonseca, por exemplo, internamente exerceu a vice-liderança de dois blocos e ainda a 1ª vice-liderança de seu partido<sup>3</sup>, posto logo abaixo de quem comanda o grupo. Além disso, externamente, compôs o Diretório Nacional de seu partido.

**Tabela 12 – Atividades partidárias internas e externas à Câmara dos Deputados exercidas até 2014**

CANDIDATO	INTERNA	EXTERNA
Érika Kokay	Vice-Líder, PT, 12/3/2013-25/3/2014.	Membro da Executiva Nacional, PT, SP, 2000-2000; Líder do PT, Câmara Legislativa, DF, 2005-2006; Líder do PT, Câmara Legislativa, DF, 2009-2010.
Ronaldo Fonseca	Vice-Líder, Bloco PR/PRB/PtdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL, 10/2/2011-2/10/2013; 1ª Vice-Líder, PROS, 16/10/2013-; Vice-Líder, Bloco PP/PROS, 21/11/2013-.	Membro do Diretório Nacional do PR, 2009-.
Izalci Lucas Ferreira	Vice-Líder, Bloco PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL, 10/2/2011-28/2/2012; Vice-Líder, PSDB, 5/2/2013-4/2/2014, 6/2/2014-.	Membro, Executiva do PFL, DF, 2002; Presidente, PR, DF, 2009.

<sup>3</sup> Na Câmara dos Deputados, cada partido possui um líder e vice-líderes. A quantidade de vice-líder é proporcional ao tamanho da bancada do partido. (Art. 9º, §1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Augusto Silveira de Carvalho	Vice-Líder, PCB, 1987, 1989-1990; Membro, Bancada do PPS, 1997; Vice-Líder, PPS, 13/2/2007-13/3/2007, e 10/3/2008-9/4/2008;	Membro da Executiva Nacional do PPS, 1990; Presidente, PPS, DF, 1993.
------------------------------	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, tem se que ao analisar a atuação do parlamentar em seu partido político, não é suficiente, como foi feito por Pereira e Rennó (2001), observar exclusivamente o exercício ou não de liderança partidária. Isto não significa que o cargo de líder deve ser algo a se desconsiderar na construção de carreira política dentro da Câmara dos Deputados, mas é necessário complementar com outros fatores, que também são representativos no que se refere à influência do parlamentar diante dos seus pares e à oportunidade de ter maior visibilidade e se comunicar com seu eleitorado.

No que diz respeito à medida que desempenhar algum tipo de atividade partidária contribui para o resultado eleitoral, novamente não é possível afirmar que exercer ou não a liderança ou vice-liderança favorecerá, ou não, o parlamentar. Porém, mais importante é fazer uso de tais postos com a capacidade de ser notado pelo povo e de lhe atrair a atenção, ou seja, tornar-se visível frente ao seu eleitorado a partir de qualquer cargo que ocupa em sua organização partidária, interna ou externamente à Câmara dos Deputados (SAMUELS, 2002).

### 4.3 Atuação na Câmara dos Deputados

Após a análise do parlamentar nos partidos políticos, cabe agora compreender se a atuação do parlamentar na Câmara dos Deputados é capaz de explicar o sucesso eleitoral do candidato.

Ocupar cargos na Mesa Diretora (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007), conforme exposto na coluna 1 das Tabelas 13 e 14, não apresentou poder explicativo sobre o resultado das eleições de deputados federais no DF, uma vez que nenhum dos candidatos, nas eleições de 2010 ou 2014, foi eleito para qualquer dos cargos que a compõem.

Vale destacar que o regimento interno da Câmara prevê que os cargos na Mesa Diretora devem ser preenchidos conforme o critério de representatividade proporcional dos partidos políticos dentro da Casa, e, portanto, a tendência em um governo sem crise de governabilidade seria de que partidos da coalizão do governo dispusessem de mais cadeiras à sua disposição (PEREIRA; MUELLER, 2003).

No entanto, desde Geraldo Magela e Érika Kokay, filiados ao partido da Presidência da República, até Augusto de Carvalho, da oposição, o exercício de funções na Mesa Diretora não é considerado pelo eleitor do DF como algo a ser avaliado no momento do voto. Uma possível explicação para a ausência de significância desta variável deve-se ao fato de que em nenhuma legislatura os eleitores do DF presenciaram um deputado de sua região assumindo cargos neste ambiente específico e, portanto, não seria possível avaliar se há diferenças de *performance* entre aqueles deputados que chegaram a ocupar cargos na Mesa Diretora e os que não ocuparam cargo algum.

A segunda e terceira coluna são opções de cargos de destaque possíveis de se almejar na atuação na Câmara dos Deputados (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007). Assumir presidência de comissões permanentes e especiais é resultado de uma construção de carreira política que lhe concebeu forte poder de influência sobre os demais, dando-lhe capacidade de se articular com seus pares, a fim de obter apoio de outros atores que também são influentes, para que contribuam nas negociações e o ajudem nesta ambição política (POLSBY, 1971).

Os resultados evidenciam que ocupar cargos em comissões permanentes ou especiais tem algum poder explicativo no resultado das eleições, mas não se pode afirmar que determinam o sucesso ou fracasso eleitoral. Tomem-se dois exemplos:

O primeiro, a situação de Laerte Bessa, único parlamentar a exercer a presidência de comissão, no caso a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e também a 3ª vice-presidência da mesma Comissão, porém em anos diferentes, e que não fora eleito. Neste caso, assumir o maior posto e em uma comissão que trata de assuntos que por diversas vezes afetam o dia-a-dia da população, não contribuiu para seu sucesso eleitoral.

Parece que, mais relevante do que apenas assumir postos, é observar qual a postura adotada enquanto presidente de uma comissão. Devido à própria essência do cargo, que dá poderes de montar a pauta de projetos nas reuniões deliberativas segundo seus critérios, designar relatoria de projetos “polêmicos” a parlamentares que compartilhem da mesma opinião e dificultar a tramitação de projetos que não sejam de seu agrado dentre outras vantagens do cargo, é possível exercer um mandato que seja voltado aos interesses da população ou não.

Não se inserem no escopo deste trabalho as minúcias da atuação de cada parlamentar analisado, mas não se deixa de destacar a necessidade de ir mais a fundo nestas questões, a fim de compreender melhor o significado e o impacto que estas variáveis geram no eleitor.

**Tabela 13 – Ocupação de cargos na Câmara dos Deputados nas legislaturas anteriores à iniciada em 2011**

<b>CANDIDATO</b>	<b>MESA</b>	<b>COMISSÃO PERMANENTE</b>	<b>COMISSÃO ESPECIAL</b>
Geraldo Magela	Não	-	2º vice-presidente
Augusto Silveira de Carvalho	Não	3º vice-presidente	-
Laerte Bessa	Não	Presidente 3º vice-presidente	-
Izalci Lucas Ferreira	Não	-	-
Ricardo Quirino	Não	-	-

Fonte: Elaboração própria.

O segundo exemplo é o da deputada Érika Kokay, candidata à reeleição em 2014, conforme apresentado na Tabela 14. Kokay não chegou a exercer a presidência de comissão, como Laerte Bessa, porém, foi 1ª vice-presidente em uma comissão que costuma atrair os olhares de diversos grupos sociais, e provavelmente uma das escolhidas pelo eleitor para acompanhar, quando há o interesse, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

A partir de um histórico de atuação voltado para defesa de grupos minoritários, presente também ao longo do exercício de seu mandato na comissão, Kokay foi vista pelos eleitores como alguém que trabalha em favor de seus interesses, recompensando seu trabalho na legislatura anterior reelegendo-a.

Além disso, foi presidente da Comissão Especial sobre Educação sem Uso de Castigos Corporais e 3ª vice-presidente da Comissão Especial sobre Seguridade Social dos Catadores. Compôs ainda como 1ª vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Tem-se, portanto, que ocupar posições de destaque em comissões afeta o resultado das eleições, porém a postura assumida no comando do cargo parece possuir maior poder explicativo do que o simples exercício do cargo. Pelos dados dos parlamentares do DF obtidos neste estudo, verificou-se que quando determinado presidente ou vice-presidente em uma comissão assumiu neste posto a defesa dos interesses da população ou de minorias, este parlamentar tendeu a obter sucesso eleitoral em relação àqueles candidatos que, na mesma posição, adotaram uma postura contrária aos interesses do seu eleitorado, ou que então uma postura que não fosse expressa e clara.

**Tabela 14 - Ocupação de cargos na Câmara dos Deputados nas legislaturas anteriores à iniciada em 2015**

<b>CANDIDATO</b>	<b>MESA</b>	<b>COMISSÃO PERMANENTE</b>	<b>COMISSÃO ESPECIAL</b>
Érika Kokay	Não	1º vice-presidente CDHM:	presidente; 1ª vice-presidente; 3ª vice-presidente;
Ronaldo Fonseca	Não	-	-
Izalci Lucas Ferreira	Não, mas 3º secretário na CLDF	-	(2)1º vice-presidente; (3)2º vice-presidente; (2)3º vice-presidente
Augusto Silveira de Carvalho	Não	-	-

Fonte: Elaboração própria.

As variáveis a seguir buscaram verificar se as atividades legislativas do parlamentar na Câmara dos Deputados podem trazer-lhes retornos eleitorais (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007). Os resultados indicam que o eleitor do DF não leva em consideração, de forma determinante, a atuação do parlamentar em âmbito nacional. Isto significa que apresentar e relatar projetos, assim como ser assíduo às sessões deliberativas de plenário, não contribuem para o candidato obter sucesso ou fracasso no sucesso eleitoral. Apenas ser presidente de comissão apresentou um certo peso, mas vale lembrar que isto se deve não ao simples fato de ter ocupado o cargo, mas principalmente pelo modo como o cargo foi exercido.

Pereira e Rennó (2001) chegaram à mesma conclusão quando analisaram o perfil dos reeleitos nas eleições de 1998, defendendo que mais importante do que atuar em âmbito nacional, é exercer a influência política, como manifestação de poder, nos partidos ou nas comissões.

A primeira coluna da Tabela 15, referente ao número de projetos de autoria do deputado que foram aprovados no período (2007-2010), deixa claro que também os deputados não dão prioridade para essa atividade legislativa. A pequena quantidade de projetos que apresentam, aliada ao lento processo de



tramitação de proposições na Câmara dos Deputados<sup>4</sup> justifica os números indicados serem próximos a inexistentes. Não há como postular que deputados que tiveram em torno de 1 a 2 projetos de lei de sua autoria aprovados possuam maiores retornos eleitorais em relação aos deputados que não tiveram seus projetos aprovados, uma vez que a diferença praticamente inexistente e isto está reproduzido nos resultados. Geraldo Magela e Augusto de Carvalho aprovaram 2 e 1 projetos de sua autoria, respectivamente, e foram reeleitos, enquanto Laerte Bessa aprovou o mesmo número (1) que Augusto de Carvalho e não foi reeleito. Por outro lado, temos os deputados Izalci e Ricardo Quirino, que nada aprovaram e ainda assim obtiveram êxito nos resultados eleitorais.

No período de 2011-2014 também se conclui que aprovar projetos de lei de sua autoria não gera retornos eleitorais de modo determinante para o parlamentar, uma vez que entre aprovar um ou nenhum projeto não parece haver diferença significativa. Sobre a aparente reduzida apresentação de projetos de lei por parlamentares, deve-se ressaltar a particularidade da dinâmica entre o Poder Executivo e Legislativo em que o primeiro possui prerrogativas legislativas que levam à redução do campo de escolhas à disposição do parlamentar para intervir no processo legislativo (ARAÚJO; SILVA, 2012).

A mesma situação ocorre quando se observa a quantidade de projetos a que os parlamentares foram designados relatores. À primeira vista, nota-se que o número é mais expressivo em relação a projetos aprovados. Ainda assim, esta variável não é capaz de afetar o posicionamento do eleitor no momento do voto no DF. O deputado Laerte Bessa, entre os outros candidatos que concorreram à reeleição juntamente, relatou mais de sessenta projetos, que versam em sua maioria sobre questões relacionadas à anistia a policiais militares envolvidos em movimentos reivindicatórios, cometimento de atos infracionais por menores e o serviço de policiais militares e bombeiros. Mesmo

---

<sup>4</sup> O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, também conhecido como DIAP, realizou balanços referentes à atividade de produção legislativa no Congresso Nacional. Dentre os aspectos levantados, estão: tipo de proposição legislativa aprovada; origem (autoria) das proposições aprovadas; conteúdo das proposições aprovadas; produção mensal do Parlamento; e **tempo médio de tramitação** no Parlamento das proposições aprovadas neste período.

possuindo mais do que a quantidade de relatorias designadas de todos os outros candidatos somadas, ainda assim não se reelegeu.

**Tabela 15 – Atuação em relação à apresentação e relatoria de projetos e frequência em votações de plenário entre 2007-2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PROJETOS</b>	<b>RELATORIA</b>	<b>AUSÊNCIA</b>
Geraldo Magela	2	22	9,9%
Augusto Silveira de Carvalho	1	6	12,8%
Laerte Bessa	1	69	11,2%
Izalci Lucas Ferreira	0	7	7,1%
Ricardo Quirino	0	2	2,2%

Fonte: Elaboração própria.

Para os candidatos às eleições de 2014, apesar de não existirem candidatos não reeleitos, os resultados para designação de relatoria de projetos se apresenta também de forma flexível e, portanto, não é possível afirmar que retornos eleitorais são gerados a partir desta análise desta variável pelo eleitorado, conforme pode ser visto na Tabela 16. Érika Kokay e Ronaldo Fonseca foram designados relatores de quarenta e sete e quarenta e nove projetos, respectivamente, um número considerado representativo. O deputado Izalci esteve na média com vinte e cinco projetos relatados e, por fim, com um número bem reduzido em relação aos outros candidatos, está Augusto de Carvalho, em que fora designado relator de apenas sete projetos entre o período 2011-2014.

**Tabela 16 - Atuação em relação à apresentação e relatoria de projetos e frequência em votações de plenário entre 2010-2014**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PROJETOS</b>	<b>RELATORIA</b>	<b>AUSÊNCIA</b>
Érika Kokay	-	47	4,1%
Ronaldo Fonseca	1	49	6,6%
Izalci Lucas Ferreira	1	25	1,6%
Augusto Silveira de Carvalho	-	7	2,8%

Fonte: Elaboração própria.

A última coluna das Tabelas 15 e 16 retrata a percentagem de vezes em que os parlamentares estiveram ausentes em votações de plenário e, portanto,

avalia sua participação nas decisões tomadas pelo Congresso Nacional de modo geral.

A dificuldade para que a assuidade do parlamentar às sessões plenárias da Câmara possa ser considerada como um dos fatores levados em conta pelo eleitor é grande, ao fazer sua opção por recompensá-lo ou não nas eleições seguintes. Os mesmos entraves relativos ao acompanhamento do posicionamento do deputado em votações de projetos oriundos do Poder Executivo se reproduzem aqui.

A ausência de informações de fácil acesso e compreensão não geram incentivos para que uma mudança de mentalidade ocorra, no sentido de conscientizar-se acerca da relevância de acompanhar os trabalhos do representante eleito. A própria coleta destes dados exigiu uma maior afinidade com o portal da Câmara dos Deputados<sup>5</sup>, que por isso oferece obstáculos ao eleitor que deseja informações rápidas e precisas.

As experiências prévias relacionadas à carreira política do parlamentar também são fontes de informações que podem contribuir na análise do que é considerado, ou não, pelo eleitor no momento do voto (PEREIRA; RENNÓ, 2001). O exercício de mandatos anteriores no legislativo distrital, no caso do Distrito Federal, pode indicar o quão inserido aquele ator político se encontra na vida do eleitorado que representa e se o seu *background* político anterior é capaz de lhe oferecer retornos eleitorais.

A Tabela 17 apresenta a quantidade de mandatos exercidos (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007) pelos candidatos a deputado federal em 2010 na esfera legislativa distrital. Geraldo Magela foi deputado distrital por dois mandatos consecutivos entre 1991 e 1998. Em seu segundo mandato na Câmara Legislativa, chegou a exercer a presidência da Mesa Diretora (1995-1996) e a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Izalci também foi deputado distrital pelo DF no período de 2003 a 2006 e assim como Magela, também teve a oportunidade de ocupar cargo na Mesa Diretora, como 3º Secretário (2003-2004). Por outro lado, tem-se que Augusto de Carvalho,

---

<sup>5</sup> Posterior à coleta dos dados, o site da Câmara dos Deputados passou por uma reforma que tornou o acesso a este tipo de informação, como presença do parlamentar em sessões plenárias, projetos de autoria do parlamentar transformadas em norma jurídica e projetos relatados, entre outros, mais fácil de ser tanto encontrada como coletada. Antes da mudança, a obtenção destes dados deveria ser feita por meio da conferência das atas de plenário uma a uma.

Laerte Bessa e Ricardo Quirino não atuaram ao longo de sua carreira política em outra esfera legislativa fora a estadual.

Os resultados demonstram que ter um histórico de mandatos na esfera legislativa distrital oferece benefícios ao parlamentar que busca se reeleger na esfera federal. Geraldo Magela e Izalci foram reeleitos enquanto Augusto de Carvalho, Laerte Bessa e Ricardo Quirino não obtiveram êxito. Tem-se, portanto, que, para as eleições de 2010, o eleitor levou em consideração no momento do voto a familiaridade que possuía com um candidato já atuante na vida política do Distrito Federal.

**Tabela 17 – Quantidade de mandatos exercidos no Legislativo Distrital pelos candidatos de 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Geraldo Magela	2
Augusto Silveira de Carvalho	-
Laerte Bessa	-
Izalci Lucas Ferreira	1
Ricardo Quirino	-

Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições de 2014, observa-se que a mesma situação não se mantém, conforme apresentado na Tabela 18. Érika Kokay foi deputada distrital por dois mandatos consecutivos (2003 a 2010) e durante seu exercício na Câmara Legislativa ocupou cargos importantes e de grande visibilidade, como a presidência das Comissões de Direitos Humanos; Defesa do Consumidor; Assuntos Sociais; e da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios. Izalci, que nas eleições de 2014 buscava exercer seu terceiro mandato como deputado federal, tinha o mesmo histórico de quando candidato às eleições de 2010. Ronaldo Fonseca e Augusto de Carvalho, no lado oposto, não haviam exercido nenhum mandato externo à Câmara dos Deputados.

**Tabela 18 – Quantidade de mandatos exercidos no Legislativo Distrital pelos candidatos de 2014**

<b>CANDIDATO(A)</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Érika Kokay	2
Ronaldo Fonseca	-
Izalci Lucas Ferreira	1
Augusto Silveira de Carvalho	-

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, assim, que, para as eleições de 2014, a existência de um histórico político na esfera legislativa distrital reduziu seu impacto ao não exercer mais forte influência sobre os resultados eleitorais, dado que tanto aqueles candidatos com vida política anterior no Distrito Federal, quanto aqueles com ausência de mandatos externas, obtiveram êxito nos resultados das eleições.

Em relação ao exercício anterior de mandatos na esfera do Executivo (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007), como parte da trajetória política do parlamentar, tem-se que o resultado não é capaz de emitir conclusões sobre a influência desta variável no resultado eleitoral do candidato, tanto para as eleições de 2010, quanto para as de 2014.

A variável perdeu o seu poder explicativo, uma vez que os eleitores do DF não puderam usufruir da oportunidade de avaliar candidatos que tenham passado anteriormente pelo Executivo, antes de se lançarem deputados federais. Portanto, neste caso, não há como analisar se o fato do parlamentar ter exercido anteriormente mandatos eletivos no Executivo contribui, ou não, para que agora, no Legislativo e ao tentar a reeleição, seja beneficiado.

No entanto, esta situação observada deve ser analisada como uma possível característica do padrão de carreira dos atores políticos do Distrito Federal nestes dois períodos. A constatação de não haver parlamentares que tenham sido governadores ou vice-governadores antes de se tornarem deputados federais indica que este sentido de migração (Executivo – Legislativo) pode não estar inserido no planejamento dos atores políticos do DF. Samuels (2001) argumenta que cargos no Poder Executivo são considerados de maior escalão em relação aos cargos no Poder Legislativo e, portanto, exigem daqueles que consideram migrar maior força e influência política. Optar por sair de um cargo no Executivo para concorrer a um cargo no

Legislativo representaria uma perda de força daquele político e a manifestação de ambição regressiva (SHLESINGER, 1966).

Assim, pode-se afirmar que, no período analisado, os atores políticos que buscam a reeleição para o cargo de deputado federal pelo Distrito Federal não manifestaram ambição regressiva, no sentido de optar por não buscar cargos mais elevados e sim por um cargo de menor escalão em relação ao Poder Executivo. A fim de confirmar se esta característica é de fato um padrão nos atores políticos do Distrito Federal, seria necessário estender a pesquisa para anos anteriores.

Se a ambição regressiva no sentido Executivo-Legislativo não se manifesta nos atores políticos do Distrito Federal neste período, cabe também analisar se outro tipo de ambição pode ser verificado. Shlesinger (1966) também desenvolveu o conceito da ambição estática, que se manifesta como o desejo ou tendência a buscar a reeleição para um mesmo posto.

Se, por um lado, um parlamentar que consegue se reeleger por diversos mandatos consecutivos significa que há um crescente aumento de sua influência nas decisões políticas e, por isso, é vantajoso a ele decidir permanecer na Câmara (PEREIRA *ET AL.*, 2003), cabe aqui verificar se o eleitor leva este fator em consideração no momento de decidir em qual candidato irá votar.

A Tabela 19 apresenta a quantidade de mandatos exercidos pelos candidatos até às eleições de 2010. Augusto de Carvalho é o candidato com o maior número de mandatos, tendo exercido o cargo de deputado federal por quatro legislaturas consecutivas. Logo atrás está Geraldo Magela, com dois mandatos. Por fim, Laerte Bessa, Izalci e Ricardo Quirino buscavam conquistar seu segundo mandato como deputados federais.

O resultado das eleições demonstra que o eleitor não assumiu o número de mandatos do candidato como fator determinante em seu voto, uma vez que foram reeleitos o candidato Magela, com dois mandatos consecutivos e Izalci, que buscava pela primeira vez a reeleição. E não foram reeleitos Augusto de Carvalho, que já havia assumido o mandato por quatro vezes consecutivas, nem Laerte Bessa e Ricardo Quirino, que assim como Izalci, também almejavam a primeira reeleição.

**Tabela 19 – Quantidade de mandatos exercidos no Legislativo Federal até as eleições de 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Geraldo Magela	2
Augusto Silveira de Carvalho	4
Laerte Bessa	1
Izalci Lucas Ferreira	1
Ricardo Quirino	1

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar a situação dos candidatos nas eleições de 2014, o contexto é semelhante no que se refere à variedade do número de mandatos que os candidatos já exerceram (Tabela 20). Augusto de Carvalho, apesar de não reeleito em 2010, assumiu o mandato como suplente em diversos períodos ao longo da 54<sup>a</sup> legislatura – e, portanto, deve ser incluído para evitar viés na análise, uma vez que usufruiu de todos os benefícios do cargo – continua sendo o candidato com o maior número de mandatos (5). Érika Kokay e Ronaldo Fonseca buscavam sua primeira reeleição e o candidato Izalci contava com dois mandatos exercidos.

**Tabela 20 – Quantidade de mandatos exercidos no Legislativo Federal até as eleições de 2014**

<b>CANDIDATO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Érika Kokay	1
Ronaldo Fonseca	1
Izalci Lucas Ferreira	2
Augusto Silveira de Carvalho	5

Fonte: Elaboração própria.

Novamente se confirma que a quantidade mandatos exercidos como deputado federal não interfere no resultado eleitoral, uma vez que tanto aqueles que buscam reeleger-se pela primeira vez, quanto aquele que já havia exercido cinco legislaturas, foram recompensados no momento do voto.

Talvez a questão por trás desta variável não seja o quantitativo de mandatos, mas sim o qualitativo, ou seja, o que importa ao eleitor é a forma

como os mandatos foram conduzidos, se ao longo das legislaturas os interesses da população foram defendidos de fato e se o representante eleito foi capaz de oferecer melhorias de vida ao seu eleitorado, que fossem percebidas por este.

A forma de condução do mandato pode ter sido uma das justificativas para o diferente resultado eleitoral de Laerte Bessa e Érika Kokay, quando comparados. Ambos buscavam exercer um segundo mandato e, no entanto, apenas Érika Kokay foi recompensada pelo eleitor, enquanto Laerte Bessa sequer obteve votos suficientes para exercer a suplência posteriormente, caso fosse necessário.

Esta seção, que buscou analisar a atuação do parlamentar na Câmara dos Deputados, retratou não ser suficiente observar o quantitativo de cargos exercidos na Mesa Diretora ou em comissões permanentes e especiais, assim como verificar a quantidade de projetos de autoria própria são aprovados ou quantas relatorias foram realizadas. Torna-se ainda mais relevante adentrar a fundo nestas variáveis e compreender o significado que elas manifestam, ou seja, mais importante e significativo ao eleitor do que saber quantos cargos foram exercidos ou quantos mandatos o parlamentar possui, parece ser estar ciente da forma como estas funções foram ocupadas.

Parece haver um peso maior para o eleitor compreender que um parlamentar trabalhou pelos interesses da população que o escolheu como representante durante um único mandato de quatro anos, do que um parlamentar que foi presidente de uma comissão permanente, mas não defendeu os interesses do eleitorado ou as pautas voltadas para o bem dos grupos de interesse a que o eleitorado pertence.



#### 4.4 Variáveis eleitorais

Os resultados a serem apresentados nesta seção representam um conjunto de fatores que são considerados pelo deputado federal quando avalia a sua *performance* geral e suas reais chances de ser bem-sucedido caso opte por lançar candidatura para se reeleger.

Como visto anteriormente, os parlamentares do Brasil não são propensos ao risco (LEONI *ET AL.*, 2003) e, portanto, a tomada de decisão acerca de qual estratégia adotar resulta da avaliação minuciosa sobre quantidade de votos necessários para vencer, em que região seus votos estão concentrados, entre outros aspectos.

É importante ressaltar que a análise do comportamento eleitoral do parlamentar não é suficiente para oferecer explicações para o resultado eleitoral. Como se tem pretendido mostrar ao longo deste trabalho, o sucesso ou não do parlamentar não irá depender exclusivamente da quantidade de votos recebidos nas eleições imediatamente anteriores, por exemplo, mas é resultado também do seu relacionamento com o Poder Executivo, de sua atuação frente ao seu partido e a seus pares na Câmara dos Deputados, de sua *performance* como deputado federal, seja na relatoria ou elaboração de projetos ou presidindo comissões temáticas e ainda de suas características pessoais.

A Tabela 21 apresenta a quantidade de votos recebidos pelos parlamentares nas eleições anteriores (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007), ou seja, em 2006. Espera-se que, se o parlamentar teve bom desempenho e foi bem votado, isto lhe dará segurança para lançar-se novamente na expectativa de ser bem-sucedido novamente.

**Tabela 21 – Votos recebidos por candidato nas eleições de 2006**

<b>CANDIDATO</b>	<b>QUANTIDADE DE VOTOS</b>
Geraldo Magela	86.276
Augusto Silveira de Carvalho	18.893
Laerte Bessa	51.796
Izalci Lucas Ferreira	97.914
Ricardo Quirino	30.969

Fonte: Elaboração própria.

Geraldo Magela e Izalci foram os candidatos que receberam as maiores quantidades de votos, 86.276 e 97.914, respectivamente. Laerte Bessa e Ricardo Quirino estão em seguida, com 51.796 e 30.969. Por último, está Augusto de Carvalho, com a menor quantidade de votos, 18.893. No entanto, o número de votos no sistema eleitoral brasileiro não é capaz de explicar em sua totalidade se o houve, ou não, bom desempenho do candidato. Isto porque as eleições para a Câmara dos Deputados são feitas a partir do sistema proporcional de lista aberta. Ou seja, o eleitor brasileiro tem a possibilidade de escolher entre duas opções de voto, o de legenda, que representa o voto em um partido e o voto nominal, que representa a escolha de um candidato específico dentro do partido (NICOLAU; SCHMIDT, 1995).

O sistema proporcional tem por objetivo:

[...] assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no Legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação (NICOLAU, 2004, p. 37).

É utilizado quando há várias vagas a serem ocupadas pelos candidatos, é composto pela lista dos escolhidos pelos dirigentes do partido para concorrer sem que, no entanto, seja preestabelecido o ordenamento desta lista, ou seja, assumem a cadeira os candidatos da lista que obtiveram votação mais expressiva, conforme o quociente eleitoral do partido (NICOLAU, 2004). De forma mais simplificada, as vagas são distribuídas proporcionalmente aos votos obtidos por cada partido, que inclui tanto os votos de legenda quanto os votos nominais e então as cadeiras serão preenchidas pelos candidatos da lista que receberam maior número de votos.

A principal consequência desse modelo é a capacidade dentro do partido ou coligação de candidatos que sejam verdadeiros “puxadores” de votos para outros que individualmente não apresentaram bom desempenho, conforme descreveu Nicolau (2004, p. 56):

Na lista aberta, os partidos têm fortes incentivos para atrair nomes de lideranças e personalidades com ‘alta popularidade’. Como a bancada final de um partido depende do somatório dos votos que cada candidato conquista individualmente, quanto mais nomes expressivos o partido tiver, maiores as chances de eleger uma bancada significativa.

Ao retornar para a Tabela 21 e observar apenas o quantitativo de votos, a presunção é que os candidatos Geraldo Magela e Izalci foram eleitos e possivelmente Laerte Bessa e Ricardo Quirino também e por fim, surgem dúvidas quanto ao resultado de Augusto de Carvalho.

Todavia, quando observado o real resultado eleitoral, tem-se que o segundo mais bem votado em 2006 não foi eleito (candidato Izalci), enquanto o candidato que recebeu o menor número de votos, Augusto de Carvalho, conquistou uma vaga. Vale destacar que apesar de não ter sido eleito nas eleições de 2006, o deputado Izalci chegou a assumir a suplência durante a legislatura 2007-2011 e, por isso, é considerado neste trabalho como parlamentar que pretendeu reeleição a fim de evitar viés de análise dado que usufruiu dos benefícios do cargo do mesmo modo que os deputados eleitos como titulares.

A seguir, está representada a situação nas eleições de 2010. Diferentemente do resultado da tabela anterior, o fenômeno de “puxador de votos” não se manifestou neste caso, dado que apenas Augusto de Carvalho, que recebeu o menor número de votos representado abaixo não foi, mas também assumiu como suplente durante a legislatura.

**Tabela 22 – Votos por candidato recebidos nas eleições de 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>QUANTIDADE DE VOTOS</b>
Érika Kokay	92.558
Ronaldo Fonseca	84.583
Izalci Lucas Ferreira	71.937
Augusto Silveira de Carvalho	39.461

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, o que se buscou mostrar com a análise da quantidade de votos recebidos nas eleições imediatamente anteriores foi a relevância de se considerar o sistema eleitoral adotado no país, uma vez que ele exerce profunda influência sobre os resultados eleitorais. Conforme apresentado, o número de votos não tem total poder explicativo para o parlamentar quando ele avalia suas chances de se eleger novamente e, portanto, é necessário que se leve em conta não só a força dos demais candidatos do partido e dos demais

partidos que concorrem com ele, como também quais coligações entre partidos podem aumentar suas chances de conquistar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

A variável gastos de campanha (PEREIRA; RENNÓ, 2001; 2007), representada pela Tabela 22, visa testar a teoria de Samuels (2000) de que o principal determinante do sucesso eleitoral não resulta da alocação de recursos em políticas públicas direcionadas a grupos sociais específicos ou a principal base eleitoral do parlamentar, mas sim da quantidade investida nos gastos de campanha. Isto porque o financiamento de campanha será a principal ferramenta utilizada pelo candidato para produzir a informação que deseja e garantir que ela seja recebida em suas potenciais bases eleitorais (SAMUELS, 2000). Mais ainda, o dinheiro que sustenta sua campanha não tem que ser dividido com outros parlamentares, como por vezes ocorre no caso de execução de emendas orçamentárias formuladas pela bancada do estado ou distrito, em que todos levam o crédito pela liberação de recursos.

Os resultados para as eleições de 2010 confirmam a teoria de Samuels (2000), uma vez que aqueles candidatos que dispuseram de mais recursos para construção de sua campanha foram bem-sucedidos no resultado eleitoral. Geraldo Magela, que dispôs de R\$ 1.311.269,93, e Izalci, que contou com o montante de R\$ 761.530,53, obtiveram êxito, enquanto Augusto de Carvalho, assim como Ricardo Quirino, dispôs de uma quantia bem reduzida em relação aos anteriores – R\$ 358.728,00 e R\$ 268.039,21, respectivamente – e não foram reeleitos. Laerte Bessa, que também não se reelegeu, teve à sua disposição o equivalente a 3,1% do dinheiro utilizado por Geraldo Magela.

**Tabela 22 – Gastos de Campanha por candidato nas eleições de 2010**  
(Valores em R\$)

<b>CANDIDATO</b>	<b>GASTOS</b>
Geraldo Magela	1.311.269,93
Augusto Silveira de Carvalho	358.728,00
Laerte Bessa	40.700,00
Izalci Lucas Ferreira	761.530,53
Ricardo Quirino	268.039,21

Fonte: Elaboração própria.

A teoria de Samuels (2000) não pôde ser testada nas eleições de 2014, dado que todos os deputados federais que lançaram candidatura foram reeleitos e, portanto, não é possível associar o gasto de campanha com o resultado eleitoral. No entanto, observa-se (Tabela 23) que existe considerável diferença de valores à disposição de cada candidato.

**Tabela 23 – Gastos de Campanha por candidato nas eleições de 2014**  
(Valores em R\$)

<b>CANDIDATO</b>	<b>GASTOS</b>
Érika Kokay	823.153,39
Ronaldo Fonseca	511.638,81
Izalci Lucas Ferreira	1.033.003,86
Augusto Silveira de Carvalho	478.910,90

Fonte: Elaboração própria.

Isto significa que dispor de R\$ 1.033.003,86, como foi o caso do candidato Izalci, ou de até aproximadamente metade deste valor, conforme a situação do candidato Augusto de Carvalho, garante bons resultados eleitorais. O *marketing* eleitoral, questão que não será abordada neste trabalho, também é algo a ser investigado com maior profundidade no que diz respeito a como o processo de criação de campanhas eleitorais tem sido crucial nos últimos anos na construção da imagem do candidato, e como o *marketing* político pode também ser um dos fatores que explicam o que o reeleito tem de diferencial em relação aos não reeleitos.

#### 4.5 Características pessoais

Esta última seção busca apresentar um pouco sobre o perfil dos candidatos com informações sobre suas características e trajetórias pessoais, que são válidas de serem discutidas por contribuírem para traçar o perfil do reeleito para o cargo de deputado federal do Distrito Federal. Esta parte de análise do estudo, portanto, será dedicada a traçar certos elementos da biografia pessoal de cada um que contribuíram, ou não, para gerar aproximação e até identificação com o eleitor, e, a partir daí, identificar quais características podem ser reconhecidas naqueles candidatos que obtiveram êxito em seu resultado eleitoral.

A primeira variável analisada nesse conjunto refere-se à identificação do parlamentar com a categoria empresário. No segundo estudo de Pereira e Rennó (2007) sobre os reeleitos na Câmara dos Deputados, argumentou-se sobre a sua representatividade, dado que o contexto político das eleições presidenciais favorecia tal categoria. Nas eleições de 1998, em que concorria à reeleição o presidente Fernando Henrique Cardoso, sua coligação possuía um perfil de centro-direita e com mais atores identificados como empresários (PEREIRA; RENNÓ, 2007). Neste estudo, por outro lado, as duas eleições analisadas – 2010 e 2014 – estão marcadas pela prevalência de um discurso voltado para causas trabalhistas e questões sociais e, portanto, a expectativa é de que não se verifique a predominância dessa categoria.

No entanto, a variável perde seu poder explicativo, uma vez que nenhum candidato se declara como empresário e, por isso, não é possível tirar conclusões acerca da influência que tal categoria poderia influenciar, ou não, a decisão do voto nos eleitores do Distrito Federal. Isto significa que o eleitor não teve a oportunidade de avaliar se a condição de empresário, e toda a consequência que pertencer a tal categoria implica, diferencia sua atuação do parlamentar que se declara pertencente a outras categorias profissionais.

A próxima variável se propõe justamente a identificar quais outras categorias profissionais tiveram prevalência nos candidatos reeleitos nas eleições de 2010 e 2014. A Tabela 24 apresenta os resultados encontrados a partir das biografias disponibilizadas pelos parlamentares em sua página no sítio da Câmara dos Deputados.

**Tabela 24 – Categorias profissionais dos candidatos declaradas nas eleições de 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Geraldo Magela	Funcionário, Banco do Brasil
Augusto Silveira de Carvalho	Escriturário, Banco do Brasil S.A
Laerte Bessa	Delegado de Polícia
Izalci Lucas Ferreira	Professor e Contador
Ricardo Quirino	Radialista e Pastor Evangélico

Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, observa-se que, entre os candidatos à reeleição, prevalece a profissão de funcionário público, três de cinco enquadram-se nesta categoria. Os dois candidatos restantes não apresentam quaisquer semelhanças em suas profissões declaradas. No entanto, ao se observar a categoria profissional dos candidatos reeleitos, não há como declarar prevalência de uma sobre outra, dado que, por um lado, temos Geraldo Magela, servidor de carreira do Banco do Brasil e Izalci, que atuou na área de contabilidade e é ainda professor. No caso dos candidatos que não se reelegeram, também não há uma única profissão que se destaque, apesar de dois entre três candidatos serem funcionários públicos, suas áreas são diferentes. Assim, tem-se que Augusto de Carvalho, como escriturário pelo Banco do Brasil, Laerte Bessa, como Delegado de Polícia e Ricardo Quirino, como radialista e também pastor evangélico, não se reelegeram.

A Tabela 25 apresenta os resultados encontrados para os candidatos à reeleição em 2014.

**Tabela 25 - Categorias profissionais dos candidatos declaradas nas eleições de 2014**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Érika Kokay	Bancária, Caixa Econômica Federal
Ronaldo Fonseca	Advogado e Pastor Evangélico
Izalci Lucas Ferreira	Professor e Contador
Augusto Silveira de Carvalho	Escriturário, Banco do Brasil S.A.

Fonte: Elaboração própria.

No caso das eleições de 2014, os eleitores do Distrito Federal demonstraram certa afeição pelos candidatos que antes de iniciar sua trajetória política, exerceram funções semelhantes às que grande parte da população da região desempenha, que é o funcionalismo público. A própria essência do DF está em abrigar a maior parte da administração pública federal e, portanto, a prevalência da carreira de servidores públicos na composição de sua população torna-se consequência desse processo.

Para o caso apresentado, nota-se a prevalência do funcionalismo público em bancos federais, como é o caso de Érika Kokay, que foi bancária pela Caixa Econômica Federal e Augusto de Carvalho novamente, como escriturário pelo Banco do Brasil. Em seguida, tem-se outra variedade de categorias profissionais, com Ronaldo Fonseca, que atuou na área de advocacia e também se declara pastor evangélico e Izalci, como contador e professor.

Assim sendo, confirma-se no DF a expectativa de Pereira e Rennó (2007) de que as eleições posteriores à gestão FHC seriam marcadas pela prevalência de outras categorias profissionais em detrimento do empresariado. Enquanto nas eleições de 2010 não se obteve a prevalência de nenhuma profissão em particular, no caso das eleições de 2014 já foi possível identificar um destaque da profissão de funcionalismo público, como servidores de bancos federais, em específico. Todavia, há outra profissão além de funcionário público em bancos que se repetiu em ambas as eleições, que é a de pastor evangélico. Apesar de terem obtido resultados eleitorais divergentes, é possível afirmar que, no DF e para o período analisado, manifestou-se o interesse dos representantes dessa categoria de participar diretamente da política, como deputados federais.

A fim de traçar melhor o perfil dos candidatos e analisar como suas trajetórias pessoais podem gerar impacto na tomada de decisão dos eleitores do DF, pesquisou-se também a participação em movimentos sociais e em posições de liderança de sindicatos ou entidades representativas de classes. O objetivo era verificar se tais fatores contribuem para o sucesso eleitoral do candidato, dado o contexto político da época, marcado pela defesa de questões trabalhistas e de interesses de grupos sociais alijados da sociedade.



A seguir, a Tabela 26 revela que os candidatos reeleitos ocuparam posições importantes em movimentos de sindicância e entidades representativas de classes. O candidato Geraldo Magela fundou a Alternativa Sindical e a Central Única dos Trabalhadores de São Paulo. Por sua vez, o candidato Izalci exerceu a função de presidente do Sindicato dos Contadores e também presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ambos no Distrito Federal. Por outro lado, não foi registrada a participação de ambos em movimentos sociais.

No caso dos candidatos que não se reelegeram, apenas Augusto de Carvalho assumiu posição de liderança em organização sindical, tendo exercido a presidência do Sindicato dos Bancários no Distrito Federal. Laerte Bessa e Ricardo Quirino não obtiveram participações em cargos de liderança em movimentos sindicais ou entidades representativas de classe. Todos os candidatos a deputado federal no DF, tanto os que obtiveram êxito quanto os que não se reelegeram, não tiveram participação em movimentos sociais ao longo de sua trajetória pessoal.

**Tabela 26 – Participação em movimentos sociais e/ou sindicatos no período anterior às eleições de 2010**

<b>CANDIDATO</b>	<b>LIDERANÇA EM SINDICATO</b>
Geraldo Magela	Fundador da Alternativa Sindical; Fundador, CUT, São Paulo, SP;
Augusto Silveira de Carvalho	Presidente do Sindicato dos Bancários, Brasília, DF;
Laerte Bessa	-
Izalci Lucas Ferreira	Presidente do Sindicato dos Contadores, Brasília/DF; Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, Brasília/DF
Ricardo Quirino	-

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de não haver nas eleições de 2014 candidatos à reeleição no Distrito Federal que não obtiveram êxito, ainda assim é possível traçar um perfil daqueles candidatos reeleitos, conforme exposto na Tabela 27 a seguir.

**Tabela 27 – Participação em movimentos sociais e/ou sindicatos no período anterior às eleições de 2014**

<b>CANDIDATO</b>	<b>LIDERANÇA EM SINDICATO</b>
Érika Kokay	Presidente do Sindicato dos Bancários, Brasília/DF; Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Bancários, São Paulo/SP; Presidente da CUT do Distrito Federal, Brasília/DF;
Ronaldo Fonseca	Presidente do Conselho Político Nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, Rio de Janeiro/RJ Presidente da Assembleia de Deus de Taguatinga/DF
Izalci Lucas Ferreira	Presidente do Sindicato dos Contadores, Brasília/DF; Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, Brasília/DF
Augusto Silveira de Carvalho	Presidente do Sindicato dos Bancários, Brasília/DF;

Fonte: Elaboração própria.

Érika Kokay foi presidente do Sindicato dos Bancários, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Bancários, em São Paulo e Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal. Ronaldo Fonseca, por sua vez, atuou como presidente do Conselho Político Nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil e também como presidente da Assembleia de Deus de Taguatinga, no Distrito Federal. Izalci, assim como exposto anteriormente, foi presidente do Sindicato dos Contadores e presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ambos no Distrito Federal e por fim Augusto de Carvalho, que exerceu a função de presidente do Sindicato dos Bancários, assim como Érika Kokay.

Conclui-se, enfim, que todos apresentaram em algum momento de sua trajetória anterior à vida política o exercício de algum posto de liderança em organizações sindicais ou entidades representativas de classe, o que pode ser tratado como um fator que gera identificação e familiaridade entre o político e o eleitor. A participação seja em sindicatos de bancários ou entidades representativas de grupos religiosos contribui para que o eleitor tenha ciência dos interesses que possam vir a ser defendidos pelo representante e, portanto,

favorece – caso os valores defendidos se assemelhem – que o candidato seja reeleito.

Após a divulgação e análise dos resultados, o capítulo a seguir se propõe a apresentar as principais conclusões encontradas sobre as características que diferenciam os deputados federais do DF que foram reeleitos dos que não foram nas eleições de 2010 e 2014.

## 5. CONCLUSÕES

O presente trabalho se propôs a compreender, por meio de uma abordagem qualitativa, o perfil dos deputados federais reeleitos no Distrito Federal nas eleições de 2010 e de 2014, a fim de identificar possíveis características ou comportamentos que contribuem para que aquele candidato que almeja a reeleição seja escolhido pelo eleitor.

Em relação às dinâmicas de relacionamento entre o Poder Executivo e o parlamentar, evidenciou-se que tanto a simples apresentação de emendas individuais ao orçamento federal quanto à liberação de recursos não são capazes de gerar efeitos sobre o resultado das eleições no caso dos deputados federais do Distrito Federal. A situação se repete quando constatado que o fato do parlamentar pertencer à mesma coligação do partido da Presidência da República não favorece o candidato, dado que tanto oposicionistas quanto governistas foram bem sucedidos nos resultados eleitorais nos dois períodos analisados. No que se refere à relação entre apoio do parlamentar a projetos de autoria do Executivo e liberação de recursos das emendas individuais, concluiu-se não ser possível afirmar, como previsto por Pereira e Mueller (2003), que há punição ou recompensa a partir da *performance* do parlamentar verificada através do padrão de votação, dado que o deputado agraciado com a maior liberação de recursos para execução de suas políticas posicionou-se contrariamente à maioria dos projetos oriundos do Executivo.

A justificativa encontrada para a ausência de interferência destas variáveis no resultado eleitoral deve-se ao custo para a população em realizar o acompanhamento efetivo destas trocas de informações, seja na apreensão de que determinada política empreendida em sua região tenha sido conquistada pelo parlamentar que lutou para que os recursos fossem liberados e devidamente executados, seja na tramitação de projetos de lei.

Sobre a atuação do parlamentar em seu partido político, o eleitor brasileiro não considera o exercício de liderança como um fator diferencial na tomada de decisão de seu voto, dado que durante os períodos analisados nenhum deputado federal foi líder de sua organização partidária e, portanto, não foi possível confirmar se tal condição favorece ou não o candidato. Com o intuito de aprofundar melhor sobre este tema, constatou-se que o exercício de

vice-liderança e outras atividades partidárias ocupadas externamente à Câmara dos Deputados estão presentes de formas variadas dentre os candidatos analisados. Todavia, apesar da diversidade de postos assumidos, tal condição, apesar de contribuir para a visibilidade política, não interferiu no sucesso eleitoral dos candidatos nas eleições de 2010, tendo favorecido apenas os candidatos à reeleição em 2014. Ainda assim, mostra-se mais importante do que simplesmente assumir lideranças ou vice-lideranças partidárias, ter a capacidade de ser notado pelo povo e ser visível frente ao eleitorado e compreender como estas atividades são interpretadas pela população é uma possível linha de estudo a ser explorada.

A análise da atuação do parlamentar na Câmara dos Deputados evidenciou ser necessária a compreensão em maior detalhe sobre o exercício de seu mandato, dado que assumir cargos em comissões permanentes ou especiais, assim como relatar projetos em comissões temáticas por si só não traz garantias de que tal candidato mereça ser reeleito ou não. Assim, apesar de tais variáveis exercerem certo poder explicativo sobre o resultado eleitoral, as mesmas não determinam o sucesso ou fracasso nas eleições. Ao contrário, o eleitor considerará de maior relevância a postura adotada enquanto presidente de uma comissão, principalmente se houve interesses semelhantes que foram defendidos durante o exercício da presidência da comissão ou na relatoria de um projeto considerado polêmico ou que afeta diretamente o grupo social a que a base eleitoral do candidato pertence.

Novamente, a ausência de informações de fácil acesso e compreensão eleva o custo para que seja despertado o interesse na população em acompanhar os trabalhos do parlamentar que vota e, portanto, aprovar ou relatar projetos, exceto para aqueles amplamente abordados pela mídia, não é característica capaz de diferenciar reeleitos de não reeleitos.

No que se refere ao *background* político anterior, tem-se que o exercício de mandatos anteriores no legislativo distrital favoreceu os candidatos apenas nas eleições de 2010. Nas eleições seguintes, em 2014, o eleitor se identificou também com aqueles candidatos que não haviam exercido nenhum outro cargo eletivo fora da esfera do legislativo federal. Em relação a mandatos exercidos anteriormente no Poder Executivo, os resultados perderam seu poder explicativo dado que os deputados federais que buscavam a reeleição nas

duas eleições estudadas não exerceram cargos nesta esfera. Tal situação pode ser considerada como uma característica da trajetória política no Distrito Federal. Constatou-se também que a quantidade de mandatos anteriores exercidos como deputado federal não diferencia reeleitos de não reeleitos, uma vez que para o eleitor, mostra-se mais relevante uma avaliação qualitativa da forma de condução deste mandato em sobreposição ao tempo exercido.

Em relação à análise sobre a *performance* geral que o deputado federal realiza a fim de avaliar suas chances de alcançar bons resultados nas eleições, concluiu-se que verificar exclusivamente o número de votos não é capaz de explicar se houve ou não um bom desempenho do candidato, dada as características do sistema eleitoral brasileiro. Portanto, quando se pretende realizar uma previsão dos possíveis resultados eleitorais a partir de eleições anteriores, é necessário que se leve em conta não só o desempenho dos candidatos concorrentes assim como quais coligações entre partidos podem lhe trazer melhores resultados.

A teoria de Samuels (2000) de que o principal determinante do sucesso eleitoral reside nos gastos de campanha se confirmou nos resultados das eleições apenas para 2010, em que se verificou que os candidatos reeleitos foram os que apresentaram maiores gastos durante a campanha eleitoral. A teoria não foi testada nas eleições de 2014 dado que todos os deputados federais que se candidataram se reelegeram.

Por fim, constatou-se que, conforme havia previsto Pereira e Rennó (2007), tanto nas eleições de 2010 quanto nas de 2014, não foi registrada a predominância da categoria profissional empresário, uma vez que o contexto político e social favorecia a manifestação de outras categorias profissionais nos candidatos, como funcionário público, professor e advogado. Dado o cenário político com perfil mais de centro-esquerda e a prevalência de discursos voltados para causas trabalhistas, registraram-se na totalidade dos candidatos de 2010 e de 2014 a participação em movimentos sindicalistas e em entidades representativas de classes.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. **The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election**. *American Political Science Review* 88 (1): 95-111, 1994.

ARAÚJO, Suely; SILVA, Rafael. **Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil**. Ver. *Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, nº 2, outubro 2012.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 38ª ed., São Paulo: Globo, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. **Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil**. *Opin. Publica, Campinas*, v. 9, n. 1, p. 44-67, May 2003.  
Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762003000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17/11/2015.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Introduction. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan; MANIN, Bernard (Orgs.). **Democracy, accountability and representation**. Cambridge: Cambridge University, 1999a.

MARTINS, C.E. **O circuito do poder**. São Paulo, Entrelinhas, 1994.

MAYHEW, David. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451998000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 23/11/2015.

PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lúcio. **O Que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados**. *Dados* 44(2): 323-362, 2001.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. **O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil**. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 664-683, Dec. 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131572007000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572007000400010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 17/11/2015.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro**. *Rev.*

bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 15, n. 43, p. 45-67, Junho 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01026909200000020004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026909200000020004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24/11/2015

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00115258200300040004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00115258200300040004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17/11/2015.

POLSBY, Nelson. **Congressional Behavior**. University of California, Berkeley. Random House, New York, 1971.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 15ª edição, 2015.

ROHDE, David. **Risk Bearing and Progressive Ambition: The Case of the Members of the United States House of Representatives**. American Journal of Political Science, 23 (1): 1-26, 1979.

ROHDE, David. **Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 8, p. 209-236, Agosto, 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01033352201200020008&lng=en&nrm=io](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01033352201200020008&lng=en&nrm=io)>. Acesso em 17/11/2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo – SP: Editora Martin Claret, 2003.

SAMUELS, David. **Pork-Barreling is Not Credit-Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil**. The Journal of Politics, 64 (3): 345-863, 2002.

SAMUELS, David. **Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil**. Legislative Studies Quarterly XXV: 481-498, 2000.

SCHLESINGER, Joseph. **Ambition and Politics: Political Careers in the United States**. Chicago: Rand McNally, 1966